UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUÍ
VICE-REITORIA DE GRADUAÇÃO – VRG
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEaD

Coleção Educação a Distância
Série Livro-Texto

Maria Margarete Baccin Brizolla

CONTABILIDADE GERENCIAL

Editora UNIJUÍ

Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil
2008

© 2008, Editora Unijuí
Rua do Comércio, 1364
98700-000 - Ijuí - RS - Brasil
Fone: (0__55) 3332-0217
Fax: (0__55) 3332-0216
E-mail: editora@unijui.edu.br
www.editoraunijui.com.br

Editor: Gilmar Antonio Bedin

Editor-adjunto: Joel Corso

Capa: Elias Ricardo Schüssler

Designer Educacional: Liane Dal Molin Wissmann

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:
Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Catalogação na Publicação:
Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

B862c Brizolla, Maria Margarete Baccin.

Contabilidade gerencial / Maria Margarete Baccin Brizolla. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2008. – 110 p. – (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

ISBN 978-85-7429-674-6

1. Contabilidade. 2. Contabilidade gerencial. 3. Análise financeira. 4. Demonstrações financeiras. I. Título. II. Série.

CDU : 657
657.3

Sumário

CONHECENDO O PROFESSOR 7

DADOS GERAIS DO COMPONENTE CURRICULAR 9

UNIDADE 1 – O SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS 13

Seção 1.1 – Contabilidade Gerencial 13

Seção 1.2 – Usuários e Limitações 18

Síntese Final 19

Referências 19

UNIDADE 2 – AMPLITUDE DA ANÁLISE FINANCEIRA 21

Seção 2.1 – Conceitos e Objetivos da Análise Financeira 21

Seção 2.2 – Áreas Afins 22

Seção 2.3 – O Analista Financeiro 23

Síntese Final 24

Referências 24

UNIDADE 3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 25

Seção 3.1 – As Normas e Padronização 25

Seção 3.2 – As Principais Demonstrações Financeiras 26

Seção 3.3 – Demonstrações Financeiras Básicas 28

3.3.1 – Balanço Patrimonial 28

3.3.2 – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 35

Síntese Final 45

Referências 45

UNIDADE 4 – DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA COMPLEMENTAR 47

Seção 4.1 – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) 47

4.1.1 – A estrutura do demonstrativo 48

4.1.2 – Os elementos que integram o demonstrativo 49

Seção 4.2 – Relatórios que Acompanham as Demonstrações Financeiras 51

Síntese Final 53

Referências 53

UNIDADE 5 – PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS DE ANÁLISE 55

Seção 5.1 – Os Indicadores de Indexação 56

Seção 5.2 – Análise Econômico-Financeira 57

5.2.1 – Etapas básicas do processo de análise financeira 59

5.2.2 – Reclassificação das Contas 60

Seção 5.3 – Análises Comparativas Vertical, Horizontal e Combinadas 61

Seção 5.4 – Os Primeiros Cálculos 69

Síntese Final 70

Referências 71

UNIDADE 6 – ANÁLISE POR ÍNDICES E COEFICIENTES 73

Seção 6.1 – Entendendo os Indicadores ou Coeficientes 73

Seção 6.2 – Indicadores de Liquidez 74

Seção 6.3 – Indicadores de Endividamento 78

Síntese Final 83

Referências 83

UNIDADE 7 – ANÁLISE POR ÍNDICES E COEFICIENTES DE ATIVIDADE E ROTAÇÃO 85

Seção 7.1 – Grau de Imobilização 85

Seção 7.2 – Exame dos Estoques 91

Seção 7.3 – Prazo Médio de Recebimento e Pagamento 93

Síntese Final 94

Referências 95

Unidade 8 – Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade 97

Seção 8.1 – Lucratividade 97

Seção 8.2 – Rentabilidade 100

Síntese Final 106

Referências 106

CONCLUSÃO 107

REFERÊNCIAS 109

Conhecendo o Professor

Maria Margarete Baccin Brizolla nasceu em 10 de março de 1971 no município de Palmeira das Missões (Rio Grande do Sul). Cursou Ciências Contábeis na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) de 1991 a 1996, fez especialização em Contabilidade Gerencial também pela Unijuí de maio de 1997 a abril de 1998. Mais tarde, de 2002 a 2004, fez Mestrado acadêmico em Ciências Contábeis, área de concentração Contabilidade e Controladoria pela Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Atua como contadora desde setembro de 1997 e como professora no magistério superior deste agosto de 2000.

Atualmente é professora junto ao núcleo de Ciências Contábeis na Unijuí e na Universidade de Cruz Alta (Unicruz).

Componente Curricular: Contabilidade Gerencial

HORAS – AULA: 60 HORAS-AULA

DEPARTAMENTO DO COMPONENTE: DEAD

EMENTA

O sistema de informações gerenciais, os usuários e as limitações; amplitude da análise financeira: conceito, áreas afins, o analista; as normas, as padronizações e as principais demonstrações financeiras; os indicadores de indexação; a análise econômico-financeira: análise vertical e horizontal, análise por índices e coeficientes: de liquidez, de rentabilidade, de endividamento, de atividade, prazos médios e de solvência; índice padrão. Utilizar-se-á dos fundamentos teóricos trabalhados neste componente para a realização de prática organizacional.

OBJETIVO GERAL

A disciplina de Contabilidade Gerencial no curso de **TECNOLOGIA EM MARKETING** visa a capacitar os alunos a entender um sistema de informação gerencial, bem como a análise financeira numa perspectiva de avaliação econômico-financeira das organizações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

– Entender o sistema de informação gerencial, saber quem são seus usuários e suas limitações;

– Entender a análise financeira, seus objetivos e áreas afins;

– Verificar o papel do analista financeiro e a relevância da informação contábil financeira no processo decisório;

– Conhecer as demonstrações financeiras básicas;

– Analisar o desempenho passado, presente e tendências futuras de uma organização, a partir das demonstrações financeiras;

– Levar o aluno a extrair informações relevantes para a realização de análises financeiras;

– Desenvolver no aluno atitude de estudo teórico e de investigação prática dos dados apresentados nas demonstrações contábeis, para que possa compreender, analisar, relacionar, criticar e transferir para novas situações os conteúdos estudados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O sistema de informações gerenciais
   1.1 Os usuários
   1.2 As limitações

2. Amplitude da análise financeira
   2.1 Conceito
   2.2 Áreas afins
   2.3 O analista

3. As normas e as padronizações
   3.1 Principais demonstrações financeiras

4. Os indicadores de indexação

5. A análise econômico-financeira
   5.1 Análise vertical e horizontal
   5.2 Análise por índices e coeficientes
      5.2.1 De liquidez
      5.2.2 De endividamento
      5.2.3 Prazos médios
      5.2.4 De lucratividade
      5.2.5 De rentabilidade
      5.2.6 De atividade

REFERÊNCIAS

BASSO, Irani Paulo. *Contabilidade geral básica*. 3. ed. rev. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2005.

HELFERT, Erich. *Técnicas de análise financeira*. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços*: abordagem básica e gerencial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

PADOVESE, C. L.; BENEDICTO, G. C. *Análise das demonstrações financeiras*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2004.

SANTOS, Vilmar Pereira dos. *Manual de diagnóstico e reestruturação financeira de empresas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Unidade I

O Sistema de Informações Gerenciais

Nesta unidade temos dois grandes objetivos:

- conhecer os conceitos e objetivos da Contabilidade e Contabilidade Gerencial e;
- conhecer o sistema de informações gerenciais, seus usuários e suas limitações.

Esses temas serão trabalhados nas duas seções que você lerá a seguir, a partir do que iniciamos nosso estudo do componente curricular.

Luca Bartolomeo de Pacioli, O. F. M.

(San Sepulcro, 1445 – 19 de junho de 1517). Foi um monge franciscano e célebre matemático italiano. É considerado o pai da Contabilidade moderna.

Devido a sua obra *"Summa de Arithmetica, Geometria proportioni et propornaliti"* (colecção de conhecimentos de Aritmética, Geometria, proporção e proporcionalidade), Pacioli tornou-se famoso, principalmente devido a um capítulo deste livro que tratava sobre Contabilidade: *"Particulario de computies et Scripturis"*, pois foi o primeiro a descrever a contabilidade de dupla entrada, conhecido como método Veneziano ("el modo de Vinegia") ou ainda "método das partidas dobradas".

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luca_Pacioli>. Acesso em: 26 mar. 2008.

Seção 1.1

Contabilidade Gerencial

A Contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo. Existem diversos registros de que as civilizações antigas já possuíam um esboço de técnicas contábeis. Em termos de registros históricos, é importante destacar a obra *Summa de Arithmetica, geometria, proportioni et proportionalita,* do frei **Luca Pacioli**, publicado em Veneza em 1494. Mais recentemente, com o desenvolvimento do mercado acionário e o fortalecimento das sociedades anônimas como forma de sociedade comercial, a Contabilidade passou a ser considerada também como um importante instrumento para a sociedade em geral (Basso, 2005).

A **Contabilidade** é uma atividade fundamental na vida econômica. Mesmo nas economias mais simples ela é necessária para organizar a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros. O papel da Contabilidade torna-se ainda mais importante nas complexas economias modernas, posto que os recursos são escassos, e o gestor tem de escolher, entre as alternativas possíveis, as melhores, e para identificá-las são necessários os dados contábeis.

Padovese (1996) observa que, em sentido amplo, a **Contabilidade** trata da coleta, apresentação e interpretação dos fatos econômicos; a Contabilidade Gerencial é utilizada para descrever essa atividade dentro de uma organização e a expressão Contabilidade Financeira quando essa organização presta informações a terceiros.

De acordo com a visão de Padovese (1996), a Contabilidade Gerencial apresenta subdivisões que irão compor o sistema de informações gerenciais. Estas serão apresentadas a seguir.

Contabilidade de Custos: os custos industriais são detalhados, departamentalizados e computados, permitindo saber o custo unitário de cada produto, custo total da fábrica, preço de venda, ponto de equilíbrio. A emissão de relatórios é feita por produto, por setor, por filiais e por unidades de negócios.

Controle da Folha: a folha de pagamento serve à Contabilidade Gerencial para obter dados referente aos custos de pessoal, para compor a Contabilidade de Custos e para simulações de evolução por reajustes, por tempo de serviço, acordos de dissídios com sindicatos, modificações no INSS, Imposto de Renda e outros.

Controle de Estoques: controle unitário dos custos de aquisição ou custo de fabricação dos produtos em estoque.

Controle de Gastos Gerais: divisão e distribuição das despesas ou investimentos por unidade, setor ou departamento, visando a obter a evolução dos gastos por local e geral da empresa.

Contas a Pagar e Contas a Receber: as duplicatas a pagar, por compras a prazo, são controladas por data de vencimento, permitindo simulações futuras de desembolsos de caixa. As duplicatas a receber, por vendas a prazo, são controladas por volume, valores e prazos, para cobrança bancária ou local, e informa ao caixa sobre futuros ingressos.

Sistema Orçamentário: as informações passadas e previsões futuras são utilizadas para a orçamentação. O sistema compreende a previsão, o controle e a avaliação.

Fluxos de Caixa: previsões de ingressos e desembolsos de curto prazo.

Análise Financeira: a checagem e o *feedback* servem para obter cálculos comparativos dos resultados alcançados em determinado período, para toda a empresa e segmentada por tipo de gerências.

Neste sentido, a Teoria Geral de Sistemas surge como uma ferramenta de apoio para a análise e a solução de problemas complexos, permitindo estudar um problema em partes, sem perder a visão do todo e o relacionamento entre as partes.

Segundo Padovese (1996), os sistemas de informações gerenciais podem ser definidos como um conjunto de partes integrantes e interdependentes (objetivos, entradas, processo de transformação, saídas, controle, avaliação e retroalimentação) que formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função. Na Figura 1 é possível visualizarmos melhor:

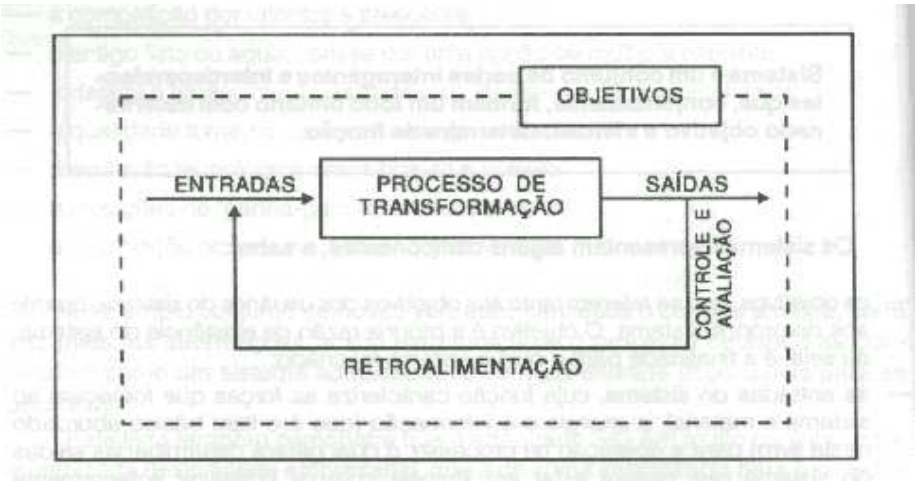


Figura 1: Componentes de um Sistema
Fonte: Oliveira, 1994, p. 24

Na visão de Abreu e Abreu (2002) um Sistema de Informações Gerenciais, também chamado de SIG, pode ser definido como o processo de transformação de dados[1] em informações,[2] as quais serão utilizadas na estrutura decisória da empresa e que proporcionam a sustentação administrativa visando à otimização dos resultados esperados.

Por exemplo: podemos dizer que os valores das receitas brutas e das despesas buscados junto aos documentos da empresa são elementos na forma bruta, isto é, **dados**; já os valores do lucro bruto ou do lucro líquido representam os dados processados com um significado atribuído, ou seja, a **informação.**

Em resumo, o sistema de informações é um conjunto de procedimentos que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e disseminam informações para o suporte nas tomadas de decisão, coordenação, análise, visualização da organização e controle gerencial, os quais devem permitir que **a informação chegue no tempo certo e na forma certa e para a pessoa certa**.

Cabe lembrar, entretanto, que a empresa, dentro da Teoria Sistêmica, é tida como um sistema aberto, ou seja, que se relaciona e sofre pressões do meio ambiente, cujas dimensões de análise são: mão-de-obra disponível, tecnologia, governo, mercado, sindicatos, sistema financeiro, fornecedores, concorrentes, consumidores, sociedade em geral, etc., como se pode visualizar na Figura 2:

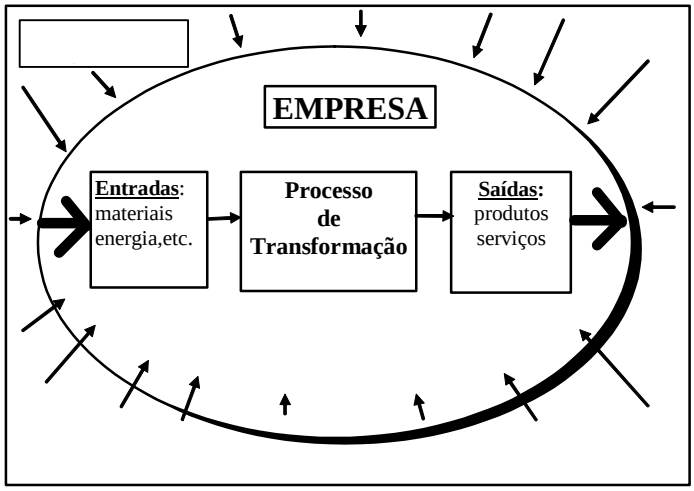


Figura 2: A empresa vista como um sistema
Fonte: Abreu e Abreu, 2002, p. 131

[1] **Dado** – qualquer elemento identificado em sua forma bruta.

[2] **Informação** – dado atribuído de significados que permite ao executivo tomar uma decisão.

Os elementos que compõem os sistemas de informações podem ser definidos da seguinte forma:

- **Dados** ⇒ conjunto de observações. Representam a "matéria-prima" que por si não permite assimilar conhecimento, ou ainda, não difunde nenhum significado;

- **Informação** ⇒ é um dado processado de uma forma que é significativa para o usuário e que tem valor real ou percebido para decisões correntes ou posteriores;

- **Processamento** ⇒ compreende o processo de transformação do dado em informação.

Abreu e Abreu (2002), salientam que as **entradas** apresentadas na Figura 2 representam as movimentações nos elementos que constituem o patrimônio da empresa, e são expressos em valores monetários. Estes originam fatos que geram lançamentos contábeis, os quais, após o processo de transformação, originam as demonstrações financeiras que normalmente são divulgadas para o conhecimento do público interessado, principalmente analistas, credores e investidores.

Os sistemas igualmente fornecem relatórios internos ou externos, relativos a dados históricos que contribuem para a elaboração do orçamento das empresas e podem auxiliar na projeção de receitas, custos, despesas, financiamentos ou investimentos, os quais constituem instrumentos de ordem gerencial, destinados a subsidiar a alta administração no processo de planejamento, organização e controle dessas empresas.

Segundo Oliveira (1994), a informação também propicia à empresa um profundo conhecimento e o uso eficiente da sua estrutura a partir de seus recursos disponíveis (pessoas, materiais, equipamentos, tecnologia, dinheiro, informação), facilitando o planejamento, organização e controle dos processos, enfim, a gerência do negócio, tendo como propósito básico habilitar a empresa a alcançar seus objetivos.

Seção 1.2

Usuários e Limitações

Diz-se que os usuários das informações contábeis já não são somente os proprietários, os gestores e os colaboradores (usuários internos); entende-se que outros usuários também têm interesse em saber sobre uma empresa: sindicatos, governo, fisco, investidores, credores e outros (usuários externos).

Ampliando o leque dos usuários potenciais da Contabilidade, reforça-se a necessidade de uma empresa evidenciar (demonstrar) suas realizações para a sociedade em sua totalidade. Inicialmente, a Contabilidade tinha por objetivo informar ao dono qual foi o lucro obtido numa empreitada comercial (Basso, 2005).

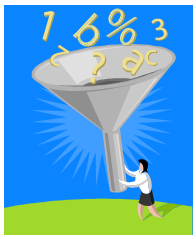
Em tempos de capitalismo moderno, somente informar os números relativo ao lucro não é suficiente. Os sindicatos precisam saber qual a capacidade de pagamentos de salários, o governo tem interesse em saber a agregação de riqueza à economia, isto é, o quanto a empresa agregou valor ao produto desde a compra até a venda e a capacidade de pagamento de impostos, os ambientalistas exigem conhecer a contribuição para o meio ambiente, os credores querem calcular o nível de endividamento e a possibilidade de pagamento das dívidas, os gerentes das empresas precisam de informações para subsidiar o processo decisório e reduzir as incertezas, e assim por diante.

Silva (2005) informa que as informações contábeis apresentam algumas limitações. Como elas provêm de uma coleta de dados quantitativos, expressos em valores monetários, fica difícil demonstrar os dados referentes a aspectos não mensuráveis monetariamente, tais como: perfil do quadro diretivo da empresa, potencialidades e ameaças do mercado, nível tecnológico, agressão ao meio ambiente provocada pela empresa e comprometimento da empresa com a satisfação de seus clientes e empregados.

Segundo Matarazzo (1993), outro problema sério enfrentado pelas empresas é a defasagem da informação. As análises normalmente são feitas com base em demonstrativos de anos anteriores e que podem, principalmente numa economia instável, não traduzir a situação atual da organização.

Também a veracidade das informações pode ser questionada em algumas empresas que manipulam suas demonstrações financeiras. As limitações das informações contábeis, porém, não são suficientes para eliminar sua utilidade, cabendo ao analista buscar informações complementares, mesmo que sejam indicadores não-financeiros.

Diante desse quadro, pode-se afirmar que a finalidade da Contabilidade é planejar e colocar em prática um sistema de informação para uma organização com ou sem fins lucrativos.



Síntese Final

Ao final desta unidade você deve ser capaz de definir Contabilidade Gerencial, saber quem são os usuários da informação contábil e suas limitações, bem como entender o funcionamento de um sistema de informações gerenciais. Lembre-se: não siga adiante se ainda restarem dúvidas a serem esclarecidas.

Leitura Complementar

Se você se interessou por este tema, poderá obter outras informações nas seguintes publicações:

BIO, Sérgio Rodrigues. *Sistemas de informação:* um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas.

GIL, Antônio de Loureiro. *Sistemas de informações contábeis financeiros*. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Curso de Contabilidade para não contadores*. São Paulo: Atlas, 2000.

Referências

ABREU, Pedro Felipe; ABREU, Aline França. *Sistemas de informações gerenciais:* uma abordagem orientada à gestão empresarial. São Paulo, 2002.

BASSO, Irani Paulo. *Contabilidade geral básica*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas de informações gerenciais*. São Paulo: Atlas, 1994.

PADOVEZE, Clóvis Luis. *Contabilidade gerencial*. São Paulo: Atlas, 1996.

Unidade 2

Amplitude da Análise Financeira

Como estudado na Unidade 1, a **Análise Financeira** é um dos ramos da Contabilidade Gerencial; sendo assim, a partir da Unidade 2 passamos a abordar este tema. Para tanto, apresentamos nesta Unidade três objetivos principais:

- entender a análise financeira, seus objetivos e áreas afins;
- verificar o papel do analista financeiro e
- entender a relevância da informação contábil financeira no processo decisório.

Esses temas serão trabalhados nas próximas três seções a seguir, em que faremos a introdução da análise financeira de forma clara e objetiva com vistas ao seu melhor aprendizado.

Seção 2.1

Conceitos e Objetivos da Análise Financeira

A globalização do mercado e a internacionalização das empresas em função da concorrência entre os vários países têm originado, nas últimas décadas, mudanças significativas no mercado empresarial. O avanço tecnológico possibilita a produção de bens a preços cada vez mais competitivos e os meios de transporte e comunicação permitem que estes recursos movimentem-se rapidamente por todo o planeta.

Observa-se no cenário brasileiro uma alteração na postura das empresas para competirem e sobreviverem no mercado, utilizando-se para tanto dos mais diversos artifícios, como: a redução de custos, a terceirização de atividades, o remodelamento da estrutura produtiva, enfim, um gerenciamento adequado dos recursos financeiros (Matarazzo, 1993).

É justamente neste ambiente instável e turbulento que a Análise Financeira, também chamada Análise de Balanços, emerge como um dos instrumentos mais importantes no processo de gerenciamento contábil global.

Como bem expõe Silva (2005), a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a organização, bem como das condições internas e externas que a afetam financeiramente.

A **Análise de Balanços** objetiva extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisões. Segundo Matarazzo (1993), as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses dados em informações, e estas serão mais eficientes à medida que os dados tiverem melhor qualidade.

As técnicas de Análise de Balanços visam ao detalhamento dos demonstrativos contábeis que são o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, os quais são importantes para o conhecimento econômico-financeiro da empresa, bem como dos concorrentes e fornecedores.

O mais importante do instrumento de Análise de Balanços é a sua utilização internamente pela empresa, o que permite um acompanhamento mensal dos indicadores escolhidos, sendo possível identificar tendências seguras e obter uma visão real das operações e do patrimônio empresarial, possibilitando medidas corretivas do rumo dos negócios, se as conclusões do acompanhamento analítico dos indicadores assim o exigirem.

Seção 2.2

Áreas Afins

Devido a sua amplitude, como não poderia deixar de ser, a análise financeira de empresas relaciona-se a várias outras áreas, como Contabilidade, Administração Financeira, Economia, Direito, Estatística, Marketing, Produção e Recursos Humanos, por exemplo,

cujas ações podem acarretar efeitos financeiros. A área financeira tem como atribuição fornecer informações corretas, precisas e atualizadas às demais áreas, para que estas possam tomar decisões financeiramente adequadas (Iudicibus, 1988).

A Contabilidade é um dos componentes curriculares que mais se relaciona com a análise financeira, justamente porque fornece as demonstrações financeiras que são a base de seu processo. A análise financeira, contudo, para ser consistente, não pode limitar-se aos dados contábeis, devendo, portanto, também interpretá-los e explicá-los à luz de conhecimentos que transcendem o âmbito da Contabilidade.

Como visto até agora, a informação contábil-financeira é imprescindível para o gerenciamento dos negócios atuais e o planejamento do futuro, visando a subsidiar o processo decisório. Os demonstrativos contábeis e demais informações destinadas aos acionistas e aos diversos grupos de usuários interessados prestam grande contribuição na avaliação dos riscos e das potencialidades de retorno da empresa. Essas demonstrações financeiras representam um canal de comunicação da empresa com os diversos usuários internos e externos.

Seção 2.3

O Analista Financeiro

O **analista financeiro** vale-se de uma série de cálculos matemáticos, traduzindo os demonstrativos contábeis em indicadores de análise de balanço. Esses indicadores buscam também evidenciar as características das principais integrações existentes entre a situação apresentada pelo balanço e a dinâmica da empresa representada pela demonstração de resultados (Silva, 2005).

Leitura Complementar

Caso você queira ampliar um pouco mais seu conhecimento sobre o tema abordado ao longo da Unidade 2, seguem algumas sugestões de publicações que poderão ser consultadas:

HELFERT, Erich. *Técnicas de análise financeira*. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

PADOVESE, Clovis Luis; BENEDICTO, G. C. *Análise das demonstrações financeiras*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2004.

SANTOS, Vilmar Pereira dos. *Manual de diagnóstico e reestruturação financeira de empresas*. São Paulo: Atlas, 2000.

Todos os cálculos são baseados no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados. Em razão disso, fica evidente que o mais importante para o analista financeiro não é apenas saber calcular ou interpretar os indicadores, mas possuir um conhecimento profundo dessas duas principais peças contábeis.

Nesse sentido a Análise de Balanço, em teoria, poderia ser exercida sem os indicadores, bastando o conhecimento aprofundado dos demonstrativos contábeis básicos. Sabe-se, entretanto, que tais indicadores e as técnicas de Análise de Balanço agilizam sobremaneira o processo de avaliação da empresa.

Síntese Final

Ao final desta unidade o aluno deve ser capaz de entender a amplitude da análise financeira, saber definir esta técnica, quais seus objetivos e áreas afins, bem como entender qual o papel do analista financeiro. Como já referido anteriormente, é importante ao você concluir esta unidade que não reste nenhuma questão obscura, pois poderá dificultar seu entendimento das próximas unidades.

Referências

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços.* São Paulo: Atlas, 1988.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços:* abordagem básica e gerencial, São Paulo: Atlas, 1993.

SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Unidade 3

Demonstrações Financeiras

Nesta Unidade você conhecerá as Demonstrações Financeiras Obrigatórias, aprofundando seu conhecimento na composição da estrutura das demonstrações financeiras básicas. Para tanto apresentaremos três tópicos centrais:

- conhecer as Normas e Padronização das Demonstrações Financeiras Obrigatórias;
- conhecer quais são as Demonstrações Financeiras e
- entender a composição patrimonial e do Resultado do Exercício, bem como a definição dos itens que compõem as demonstrações financeiras básicas.

Esses temas serão trabalhados nas próximas três seções, por meio das quais você conhecerá as Demonstrações Financeiras Obrigatórias e estudará detalhadamente a estrutura das demonstrações financeiras básicas e a classificação e definição dos itens que as compõem.

Seção 3.1

As Normas e Padronização

A padronização das demonstrações financeiras para fins de análise tem por finalidade levar as peças contábeis a um padrão que atenda às diretrizes técnicas internas da instituição ou do profissional, facilitando o trabalho do analista financeiro, independentemente de que o mesmo esteja desenvolvendo a análise para tomar a decisão de investimentos, a decisão de crédito ou tenha qualquer outro objetivo.

Há todo um aparato legal e conceitual que orienta os profissionais da área contábil na elaboração das demonstrações financeiras, isto é, do balanço, da demonstração de resultado do exercício, da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração de fluxo de caixa, quando for o caso.

Segundo Martins (1996), a legislação comercial, tributária, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Federal de Contabilidade, o Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon), são alguns dos órgãos nacionais que cuidam de normas contábeis. Na esfera internacional o Ifac (*Internacional Federation of Accounting*), o Iasc (I*nternacional Accouting Standards Committee*) e até a Organização das Nações Unidas são exemplos de instituições que têm preocupação com a qualidade das informações e que emitem normas e orientações de natureza contábil.

Assim sendo, as exigências externas, da legislação, dos princípios contábeis geralmente aceitos e de outras normas visando a regulamentar os procedimentos contábeis têm grande validade na medida em que podem transmitir segurança ao analista quanto às técnicas e padronizações adotadas pela empresa na elaboração das demonstrações financeiras.

Seção 3.2

As Principais Demonstrações Financeiras

Para melhor entendermos este tópico, vamos realizar alguns esclarecimentos sobre terminologias adotadas na análise financeira: o resultado do exercício corresponde ao valor obtido da diferença entre receitas e despesas, e pode representar lucro se as receitas forem maiores que as despesas, ou prejuízo, sendo estas menores que as despesas.

Outra terminologia utilizada refere-se a exercício social. Esta representa um período de 12 meses, que é a base para apurar o resultado ou levantar o balanço da empresa, podendo iniciar e terminar em qualquer época do ano. Ressalta-se, no entanto, que o mais usual é que o exercício social comece em 1º de janeiro e termine em 31 de dezembro.

Ainda exercícios futuros, exercícios seguintes e exercícios subseqüentes têm a mesma definição e referem-se a períodos posteriores ao levantamento da demonstração, não sendo necessariamente o próximo.

A Lei 6.404/76, segundo Silva (2005), obriga à elaboração de algumas demonstrações financeiras. Vejamos o que diz em seu artigo 176, o qual foi alterado em 28 de dezembro de 2007 pela Lei 11.638:

Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I – balanço patrimonial;

II – demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados;

III – demonstração do resultado do exercício;

IV – demonstração de fluxo de caixa e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Ressalte-se que uma companhia fechada, com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração do fluxo de caixa.

Assim sendo, a legislação obriga às sociedades anônimas e demais sociedades mercantis à elaboração destas demonstrações financeiras, que por sua vez são complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Obviamente, o ideal seria que as empresas dispusessem de informações sobre seus resultados e sua solidez, independentemente de qualquer obrigatoriedade legal, de modo que houvesse a imposição cultural e profissional no sentido de orientar suas decisões a partir de análises realistas e fundamentadas em informações fidedignas.

Seção 3.3

Demonstrações Financeiras Básicas

As demonstrações financeiras básicas são duas:

1) Balanço Patrimonial e

2) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

A primeira evidencia as informações do ponto de vista patrimonial, isto é, bens, direitos e obrigações; já a segunda apresenta o comportamento dos itens que compõem o resultado (as receitas e despesas) em um determinado período. A seguir você conhecerá cada uma delas em detalhe.

3.3.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

A Contabilidade retrata, por meio do balanço, a situação patrimonial da empresa em determinada data, propiciando aos analistas o conhecimento de seus bens e direitos, de suas obrigações e de sua estrutura patrimonial. Sinteticamente, o **balanço** retrata a posição patrimonial da empresa em determinado momento, composta por bens, direitos e obrigações. É a fotografia da empresa em determinado momento, normalmente por ocasião do encerramento do exercício social (Silva, 2005). Para melhor compreendê-lo,vamos dividir seu estudo em duas partes: Composição Patrimonial e Estrutura do Balanço Patrimonial.

3.3.1.1 – Composição Patrimonial

O Balanço Patrimonial é dividido em dois grandes blocos: ativo e passivo. O **ativo** mostra tudo o que existe concretamente na empresa, na estática patrimonial; representa as aplicações de recursos. Todos os bens ou direitos devem ser comprovados por documentos,

que podem ser tocados ou vistos. Ainda encontram-se no Balanço Patrimonial as despesas antecipadas e as diferidas, as quais representam investimentos que beneficiarão exercícios futuros.

O **passivo** é expresso pelo passivo exigível e pelo patrimônio líquido, que mostram as origens dos recursos que se encontram investidos no ativo. É preciso lembrar, porém, que as demonstrações mostram apenas os fatos registráveis, segundo os princípios contábeis, ou seja, os fatos objetivamente mensuráveis em dinheiro, como compras, vendas, pagamentos, recebimentos, depósitos, débitos em conta, despesas incorridas, receitas faturadas, etc., deixando de lado uma série inumerável de fatos, como marcas, participação de mercado, imagem, tecnologia, os quais só podem ser contabilizados, isto é, registrados, quando forem avaliados por técnicos especialistas, com capacidade para determinar o valor destes intangíveis.

Conforme a Lei 6.404/76 alterada em 28 de dezembro de 2007 pela Lei 11.638, o Balanço Patrimonial deve conter os seguintes grupos de contas:

ATIVO	**PASSIVO**
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Realizável a Longo Prazo	Passivo Exigível a Longo Prazo
Ativo Permanente	Resultado de Exercícios Futuros
Investimentos	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
Imobilizado	Capital Social
Diferido	Reservas de Capital
	Reservas de Lucros
	Lucros ou Prejuízos Acumulados

Figura 3: Estrutura Patrimonial Resumida
Fonte: Lei 6404/76

A seguir vamos detalhar cada um destes subitens.

ATIVO

O **Ativo** representa as aplicações dos recursos. São de natureza devedora, isto é, aumentam quando são debitadas e diminuem quando são creditadas. Estas contas estão dispostas segundo a ordem de liquidez. Assim, as contas com maior liquidez são as que aparecem na parte superior do ativo, e as de mais difícil realização, na parte inferior. Por isso é

que o dinheiro aparece em primeiro lugar, por representar o ativo de liquidez imediata. Fazem parte deste grupo os **Bens,** representados pelo caixa, estoques, veículos, máquinas, entre outros, e os **Direitos,** sendo representados pelos valores a receber, ações de outras empresas, depósitos bancários, entre outros.

Atenção para o fato de que no grupo do Ativo existem as contas redutoras, que têm esta denominação por apresentarem natureza contrária ao seu grupo de origem, o Ativo.

Ativo Circulante

O primeiro grupo de ativo, Ativo Circulante, compreende as seguintes subdivisões:

- **Disponibilidades** – são compostas por recursos financeiros possuídos pela empresa que podem ser utilizados imediatamente, sem restrições, tais como: caixa, bancos conta movimento, aplicações de liquidez imediata;

- **Créditos –** são os direitos que a empresa possui para receber em um futuro próximo. Expressam as contas a receber de clientes, a provisão para devedores duvidosos e os descontos de duplicatas;

- **Despesas de Exercícios Seguintes** – são as aplicações de recursos em bens e serviços que no exercício subseqüente irão se transformar em despesas, tais como contrato de seguro com prazo de vigência para 12 meses, contrato de aluguel com prazo determinado.

- **Estoques** – são as aplicações de liquidez não imediata. Para se transformarem em disponibilidades os créditos precisam ser vendidos.

Ativo Realizável a Longo Prazo

No segundo grupo do ativo aparecem os **direitos realizáveis a longo prazo**, quais sejam, os direitos realizáveis após o término do exercício social seguinte, que como já referido anteriormente é o mesmo que exercício social subseqüente, tais como os valores a receber de sociedades coligadas e/ou controladas, contas a receber a longo prazo, entre outras.

Ativo Permanente

É no terceiro e último grupo que estão os investimentos, o imobilizado e o ativo diferido.

- Os **investimentos** – neste grupo estão classificados os bens e direitos que **não** são utilizados na atividade operacional da empresa, tais como imóveis destinados à locação, obras de arte, investimentos em ouro e as participações em outras empresas.

- O **imobilizado** – compreende os itens que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial e comercial. É representado por bens tangíveis ou intangíveis que são utilizados nas atividades da empresa, que tenham vida superior a um ano, relevância do valor e que não sejam destinados à venda. São exemplos os imóveis e terrenos, desde que estejam sendo utilizados na atividade-fim da empresa, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, veículos, móveis e instalações, imobilizações em andamento, entre outros.

- O **ativo diferido** – neste grupo do ativo permanente estão as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação de resultados de mais de um exercício social, compreendendo itens intangíveis, cuja amortização ocorrerá durante o período em que estiverem contribuindo para a formação do resultado da empresa. Representa basicamente os gastos pré-operacionais que possuem baixa liquidez, sem potencialidade de realização direta de seus valores, isto é, a venda. Podemos citar como exemplo os gastos de preparação do local para funcionamento de uma empresa, efetuados antes de sua abertura, e ainda os gastos realizados com pesquisa e desenvolvimento de um novo produto.

PASSIVO

O **passivo** representa as fontes, também conhecidas como origem de recursos utilizadas pela empresa, podendo tais recursos serem provenientes de terceiros (dívidas) ou dos sócios por meio de aporte de capital ou de lucro gerado pela própria empresa. São de natureza credora, isto é, aumentam com o crédito e diminuem com o débito.

Como já mencionado no Ativo, também o grupo do Passivo possui contas redutoras; têm esta denominação por apresentarem natureza contrária ao seu grupo de origem, o Passivo.

Passivo Circulante

O **passivo circulante** compreende obrigações vencíveis no exercício social seguinte. As mais freqüentes são: fornecedores, salários e encargos sociais, impostos e taxas, empréstimos em instituições financeiras, debêntures, ou seja, os títulos de créditos. Tais títulos normalmente são de longo prazo, mas também podem ser negociados no curto prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Estas obrigações de longo prazo são caracterizadas por terem seus vencimentos após o término do exercício seguinte, isto é, num prazo superior a um ano. As mais freqüentes são: financiamentos, debêntures de longo prazo, tributos, etc.

Resultado de Exercícios Futuros

Neste grupo são classificadas as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas correspondentes a tais receitas. Este grupo quase não aparece mais nas demonstrações, pois os profissionais têm evitado a utilização desta terminologia.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Por fim, no passivo consta o Patrimônio Líquido, que representa a parte da empresa que pertence a seus proprietários. Ele representa as fontes próprias à disposição da empresa. É subdividido em:

Capital Social

No caso das sociedades anônimas, o capital social pode ser representado pelas ações, ou por cotas, quando se trata de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Neste grupo encontramos duas contas:

- **Capital subscrito** – que representa o capital total registrado no ato da abertura da empresa. Na subscrição, ou seja, no registro da empresa, o acionista ou sócio assume o compromisso perante a própria empresa de participar de seu capital social, adquirindo determinada quantidade de suas ações ou de suas cotas. A integralização do capital ocorre quando o sócio ou acionista efetua o pagamento à empresa pelas ações ou cotas que havia subscrito.

- **Capital a integralizar –** esta conta representa as parcelas de capital que foram subscritas pelos acionistas ou proprietários das empresas e que ainda não foram integralizadas. É uma conta redutora do **capital subscrito**. Cabe salientar que as ações em tesouraria (aquelas adquiridas pela própria empresa) devem ser deduzidas do patrimônio líquido.

Reservas

Representam parte do lucro da empresa deixado à disposição para ser utilizado quando necessário. Fazem parte deste grupo as seguintes contas.

- **Reservas de capital –** estas constituem-se numa espécie de reforço ao capital social. Assim, capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados compõem o patrimônio líquido da empresa. Estas compreendem: ágio na emissão de ações, alienação de partes beneficiárias, alienações de bônus de subscrição, prêmio recebido pela emissão de debêntures, doação de bens, subvenções recebidas pelas empresas e correção monetária do capital realizado.

- **Reservas de lucros** – são constituídas a partir do lucro da empresa no período. Destacam-se: as reservas legais, estatutárias, para contingência e as reservas de lucros a realizar.

- **Lucros ou prejuízos acumulados** – nesta conta encontra-se o que restou do lucro da empresa após a constituição das reservas, distribuição de dividendos e pagamentos das participações estatutárias no lucro.

3.3.1.2 – Estrutura do Balanço Patrimonial

Como referido anteriormente, o Balanço Patrimonial é estruturado por meio do ativo e do passivo. O ativo mostra onde a empresa aplicou os recursos, ou seja, quais são os bens e direitos de que dispõe. O passivo retrata de onde vieram os recursos, isto é, quais são as fontes ou origens de recursos da empresa.

O quadro a seguir representa a estrutura legal do Balanço Patrimonial:

ATIVO	**PASSIVO**
Circulante – AC	**Circulante – PC**
* Disponibilidades	* Fornecedores
** Caixa e bancos	* Salários e encargos sociais
**Aplicações de liquidez imediata	* Impostos e taxas
*Direitos realizáveis no exerc. social subseqüente	* Dividendos a pagar
**Contas a receber de clientes	* Impostos de renda a recolher
** (-)Títulos descontados	* Instituições de crédito
** (-)Provisão para devedores duvidosos	
**Estoques	**Exigível a longo prazo – PELP**
** Adiantamentos a fornecedores	* Financiamentos
** Aplicações de liquidez não imediata	* Debêntures
** Outros valores a receber	* Impostos parcelados
* Despesas do exercício seguinte	
** Seguros antecipados	**Resultados de exercícios futuros – REF**
	* Receitas de exercícios futuros
Realizável a longo prazo – ARLP	* (-) Custos e despesas correspondentes
* Direitos realizáveis após término do exerc. subs.	
** Créditos da Eletrobrás	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
** Depósitos judiciais	*** Capital Social**
** Impostos a recuperar	** Capital subscrito
** Valores a receber de coligadas	** (-) Capital a integralizar
** Valores a receber de acionistas	
	*** Reservas de capital**
Permanente – AP	** Ágio na emissão de ações
***Investimentos**	** Produto da alienação de partes beneficiárias
** Aplicações permanentes em outras sociedades	** Prêmio na emissão de debêntures
***Controladas e coligadas	** Doações e subvenções
***Outras participações	** Correção monetária do capital
**Direitos não classificáveis no AC e que não se destinam à atividade da empresa	*** Reservas de lucros**
*** Outros investimentos	** Reserva legal
***Imobilizado**	** Reservas estatutárias
**Imóveis e terrenos	** Reservas para contingências
** Máquinas e equipamentos	** Reservas de lucro a realizar
** Veículos	
** Móveis, utensílios e instalações	*** Lucros ou prejuízos acumulados**
** Imobilizações em andamento	
** Marcas e patentes	
**** Diferido***	
** Gastos pré-operacionais	

Fonte: Adaptado de Silva, 2005, p. 101

3.3.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A primeira demonstração financeira básica que você estudou foi o **Balanço Patrimonial.** A segunda é a **Demonstração do Resultado do Exercício,** que também é reconhecida pela sigla DRE. Esta demonstração mostra o lucro ou o prejuízo obtido pela empresa no período. Expressa o desempenho econômico, por meio das receitas dos custos e despesas de um período, para apurar o resultado. É uma demonstração dos aumentos e reduções causados ao Patrimônio Líquido pelas operações da empresa. As receitas representam normalmente aumento do Ativo, pelo ingresso de novos elementos. As despesas representam redução do Patrimônio Líquido, por meio da redução do ativo ou do aumento do passivo exigível (Silva, 2005).

Objetivamente a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE – é o confronto entre receitas e despesas, ou seja, a partir dessa demonstração pode-se obter os valores correspondentes ao **lucro** ou ao **prejuízo** da empresa. Quando as receitas do período forem maiores que as despesas e custos temos um **lucro** e quando as despesas e custos forem maiores que as receitas temos um **prejuízo**.

Cabe salientar que a DRE retrata apenas o fluxo econômico e não o fluxo monetário (fluxo de dinheiro). Sendo assim, o resultado obtido pela empresa em um dado período não representa o saldo da conta caixa desse mesmo período, mas reforça o fato de que lucro não significa saldo positivo no caixa ou prejuízo pode não representar saldo negativo. Vamos imaginar uma situação considerando que determinada empresa obteve prejuízo. Esse prejuízo e as conseqüentes dificuldades de recursos financeiros levaram essa empresa a buscar um financiamento. O saldo do caixa será positivo, porém o resultado da empresa continua sendo negativo.

Para a DRE não importa se uma receita ou despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido, entre duas datas. É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se os custos e as despesas e em seguida indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).

Para entender melhor a DRE vamos organizar o seu estudo em 3 partes: a composição dos resultados, as diferentes fases do lucro e a estrutura da DRE.

3.3.2.1 – A composição dos resultados

Como o próprio nome indica, para realizarmos a composição do resultado é necessário uma composição de itens:

a) Receita Operacional;

b) Custos dos Produtos, Mercadorias ou Serviços Vendidos;

c) Lucro Bruto;

d) Despesas Operacionais;

e) Lucro Operacional;

f) Receitas e Despesas não Operacionais;

g) Lucro Antes dos Impostos, Contribuições e Participações;

h) Imposto de Renda, contribuição social e participações;

i) Lucro Líquido do Exercício.

Vamos agora compreender o significado de cada um desses itens.

a) Receita Operacional

A Receita Operacional decorre das operações normais e habituais da empresa. Se a empresa é comercial, decorre das vendas das mercadorias, se é de prestação de serviços, decorre dos serviços prestados.

Dentro do item Receita Operacional você poderá encontrar:

1) Receita operacional bruta;

2) Vendas canceladas;

3) Abatimentos sobre vendas;

4) Impostos incidentes sobre vendas e

5) Receita operacional líquida.

A seguir uma breve descrição de cada uma delas.

a.1) Receita operacional bruta – ROB

Representa o faturamento bruto da empresa. É também denominada vendas brutas. Estas vendas ocorrem durante o ano e os preços unitários da venda de determinados produtos pode variar ao longo do próprio exercício social.

a.2) Vendas canceladas

Vendas canceladas são aquelas decorrentes das devoluções efetuadas pelos clientes, em função de os produtos não atenderem as suas especificações, apresentarem defeitos ou por qualquer outra razão. São aquelas vendas que não se efetivaram de fato, e que, por razões de registro contábil, assim são denominadas.

a.3) Abatimentos sobre vendas

Os abatimentos são decorrentes de descontos especiais concedidos aos clientes em função de defeitos apresentados, por exemplo.

a.4) Impostos incidentes sobre vendas

No caso de impostos incidentes sobre vendas, trata-se de valores que foram transferidos pela empresa para os governos federal (IPI), estadual (ICMS) ou municipal (ISS), por exemplo. A empresa é mera depositária destes recursos, porém eles são registrados na Contabilidade.

a.5) Receita operacional líquida – ROL

A receita operacional líquida é efetivamente a parte da receita que ficará para a empresa cobrir seus custos e despesas e para gerar lucro. Origina-se da dedução das devoluções, abatimentos e impostos incidentes sobre vendas da receita operacional bruta.

b) Custo dos Produtos, Mercadorias ou Serviços Vendidos

A expressão custo das vendas é bastante genérica, devendo, por essa razão, ser especificada por setor da economia:

- Para empresas industriais o custo das vendas é denominado Custo dos Produtos Vendidos (CPV)
- Para as empresas comerciais o custo das vendas é denominado Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)
- Para as empresas prestadoras de serviços o custo das vendas é denominado Custo dos Serviços Prestados (CSP)

c) Lucro Bruto

É a diferença entre a receita operacional líquida e o custo dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos.

d) Despesas Operacionais

Despesas operacionais são as necessárias para vender os produtos, administrar a empresa e financiar as operações. Enfim, são todas as despesas que contribuem para a manutenção da atividade operacional da empresa. Seus principais grupos são:

1) Despesas com vendas;

2) despesas administrativas;

3) despesas financeiras e

4) resultado de equivalência patrimonial.

Na seqüência o conceito que define cada uma desses grupos.

d.1) Despesas com vendas

Abrangem desde a promoção do produto até sua colocação junto ao consumidor (comercialização e distribuição). São despesas com o pessoal da área de vendas, comissões sobre vendas, salários e encargos do pessoal da área de vendas, aluguéis relativos aos escri-

tórios de vendas, material de escritório, propaganda e publicidade, marketing. Também a provisão para devedores duvidosos é considerada uma despesa operacional com vendas, porém não dedutível para fins de apuração do lucro tributável.

d.2) Despesas administrativas

São aquelas necessárias para administrar (dirigir) a empresa. De maneira geral, são gastos nos escritórios que visam à direção ou à gestão da empresa. Podem-se citar como exemplo: honorários administrativos, salários e encargos sociais do pessoal administrativo, aluguéis, materiais e seguro dos escritórios, depreciação de móveis e utensílios, assinatura de jornais e periódicos, etc.

d.3) Despesas financeiras

São remunerações aos capitais de terceiros, tais como juros pagos ou incorridos, comissões bancárias, correção monetária pré-fixada sobre empréstimos, descontos concedidos, juros de mora pagos, etc.

As despesas financeiras devem ser compensadas com as receitas financeiras (conforme disposição legal), isto é, estas receitas são deduzidas daquelas despesas.

d.4) Resultado de equivalência patrimonial

Conforme o artigo 248 da Lei 6.404, é obrigatório o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos relevantes em sociedades coligadas, sob cuja administração tenha influência ou de que participe com 20% ou mais do capital social, e em sociedades controladas. É considerado relevante o investimento em cada sociedade controlada ou coligada se o valor contábil é igual ou superior a 10% do patrimônio líquido da companhia ou se no conjunto de sociedades controladas e coligadas esse valor for igual ou superior a 15%. No caso das sociedades anônimas de capital aberto, elas devem avaliar seus investimentos em sociedades controladas pelo método da equivalência patrimonial, independentemente de o investimento ser ou não relevante.

Por este método, a empresa investidora irá reconhecer em sua demonstração de resultado uma parcela do lucro ou prejuízo da empresa na qual tem investimentos, na proporção de sua participação no capital da outra.

e) Lucro Operacional

O lucro operacional é o lucro bruto menos as despesas operacionais, mais o ganho ou perda por equivalência patrimonial.

f) Receitas e Despesas não Operacionais

Este item que integra a composição do resultado de uma empresa pode se subdividir em 1) Receitas não operacionais e 2) Despesas não operacionais. Saiba como elas são constituídas.

f.1) Receitas não operacionais

Por receitas não operacionais entendem-se os valores relativos às receitas decorrentes de transações eventuais, isto é, algo que não é recorrente, que não se repete habitualmente. Exemplo: lucro obtido na venda de ativo imobilizado, ou ganho na alienação de um investimento, etc.

f.2) Despesas não operacionais

Seriam os valores atinentes às perdas em transações eventuais, como prejuízos na venda de bens do imobilizado, ou na alienação de investimentos. Perdas eventuais decorrentes de incêndios ou inundações, sem que haja cobertura de seguros, também são classificadas como despesas não operacionais.

g) Lucro Antes dos Impostos, Contribuições e Participações

Compreende o lucro do período antes de deduzir o Imposto de Renda, a Contribuição Social e as participações estatutárias no lucro.

h) Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações

O Imposto de Renda do exercício é uma percentagem do lucro tributável. Este se distingue do lucro contábil que aparece na demonstração de resultado. Segundo a legislação fiscal, o lucro real (lucro tributável) é o lucro líquido do exercício, mais as despesas não dedutíveis (consideradas na apuração do lucro líquido), menos os valores autorizados pela legislação tributária, que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido, menos as receitas não tributáveis.

A provisão constituída pela empresa para o Imposto de Renda é debitada no resultado do exercício e creditada como obrigação no passivo circulante ou no exigível a longo prazo.

D – Resultado do Exercício
C – Provisão para Imposto de Renda

A contribuição social é outra parcela que é calculada com base no lucro da empresa, sendo recolhida ao governo federal, conforme determinado na Constituição Brasileira.

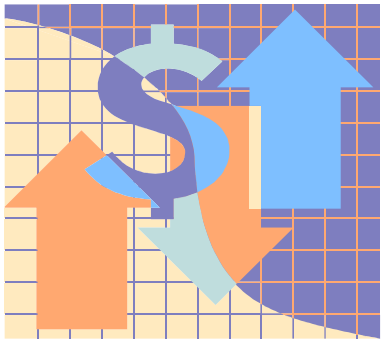
As participações estatutárias representam parcelas dos lucros destinadas aos empregados, diretores, debenturistas ou a portadores de partes beneficiárias, por exemplo.

Chegamos ao último dos itens que podem integrar a composição dos resultados de uma empresa.

i) Lucro Líquido do Exercício

Após a apuração do lucro, já debitados o Imposto de Renda e a contribuição social, faz-se a dedução das participações previstas nos estatutos e aí se encontra o lucro líquido, que é a sobra líquida à disposição dos sócios ou acionistas.

3.3.2.2 As diferentes fases do lucro



Como indicado no início do estudo da DRE, sua análise foi dividida em 3 partes para facilitar o entendimento. Após termos detalhado a primeira parte, constituída pela composição dos resultados, passamos à segunda parte, que são as diferentes fases do lucro.

Este item, no entanto, também merece uma subdivisão:

a) Lucro Bruto;

b) Lucro Operacional;

c) Lucro Antes dos Impostos, Contribuições e Participações e

d) Lucro Líquido do Exercício.

Vamos às definições de cada um e à fórmula pela qual se chega a cada um desses valores.

a. Lucro Bruto

O resultado obtido da diferença entre a receita operacional líquida e o Custo da Mercadoria Vendida – CMV, Custo do Produto Vendido – CPV ou Custo do Serviço Vendido – CSV, é o chamado lucro bruto. E a margem bruta é a relação percentual entre o lucro bruto e a receita líquida.

	RECEITA BRUTA
(–)	DEDUÇÕES
(=)	**RECEITA LÍQUIDA**
(–)	CUSTOS DAS VENDAS
(=)	**LUCRO BRUTO**

Ou ainda:

(Receita bruta) – (Deduções) = Receita líquida

(Receita líquida) – (Custos das vendas) = Lucro bruto

b. Lucro Operacional

O lucro operacional é o lucro bruto menos as despesas operacionais, mais ou menos o efeito (ganho ou perda) de equivalência patrimonial. Pode ser visualizado pelo seguinte esquema, que parte do anterior:

	LUCRO BRUTO
(–)	DESPESAS OPERACIONAIS
(+/-)	RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
(=)	**LUCRO OPERACIONAL**

Ou ainda:

(Lucro bruto) – (despesas operacionais) -/+ (resultado de equivalência patrimonial) = Lucro operacional

c. Lucro Antes dos Impostos, Contribuições e Participações

Compreende o lucro do período antes de deduzir o Imposto de Renda, a contribuição social e as participações estatutárias no lucro. É o mesmo que o lucro operacional mais as receitas não operacionais, menos as despesas não operacionais.

	LUCRO OPERACIONAL
(–)	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS
(+)	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS
(=)	**LUCRO ANTES DO IR, CONTRIB. SOCIAL E PARTICIPAÇÕES**

Ou ainda:

(Lucro operacional) – (despesas não operacionais) + (receitas não operacionais) = Lucro antes do IR, contribuição social e participações

d. Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido é obtido depois de computarmos todas as receitas e deduzirmos os custos e despesas. O lucro líquido, portanto, é a parcela do resultado do período que sobrou para os acionistas ou sócios.

O lucro líquido terá sua destinação orientada segundo os estatutos ou contrato social da empresa, segundo a assembléia dos acionistas ou decisão dos sócios e de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, que determina que 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deverão constituir a reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Seguramente o lucro líquido é um dos itens mais importantes para os proprietários da empresa, pois possibilitará o retorno sobre os investimentos.

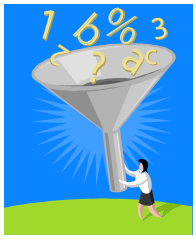
LUCRO ANTES DO IR, CONTRIB. SOCIAL E PARTICIPAÇÕES
(–) PROVISÃO PARA IR, CONTRIB. SOCIAL E PARTICIPAÇÕES
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

3.3.2.3 – A estrutura da DRE

Chegamos ao final do estudo da DRE, dividido em 3 partes das quais já vencemos duas. Nesta última vamos conhecer a estrutura legal sugerida para elaboração da DRE.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA
(–) Vendas canceladas
(–) Abatimentos sobre vendas
(–) Impostos sobre vendas
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(–) Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos
LUCRO BRUTO
(–) Despesas com vendas
(–) Despesas administrativas
(–) Despesas financeiras (líquidas das receitas)
(–) outras receitas e despesas operacionais
(+ ou –) Resultado da equivalência patrimonial
LUCRO OPERACIONAL
(+) Receitas não operacionais
(–) Despesas não operacionais
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES
(–) Provisão para o Imposto de Renda
(–) Provisão para a contribuição social sobre o lucro
(–) Participações
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

Fonte: Silva, 2005, p. 136



Síntese Final

Após a terceira unidade você conhecerá as demonstrações financeiras obrigatórias, bem como os itens que compõem as demonstrações financeiras básicas (Balanço Patrimonial e DRE) e suas definições.

É imprescindível que o aluno tenha claro a estrutura patrimonial, a composição de capital (próprio de terceiros) e a composição do resultado, os quais foram amplamente discutidos no tópico que abordou o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados.

Ressaltamos a importância de não seguir em frente sem o claro entendimento de tais demonstrações, bem como dos termos técnicos utilizados, uma vez que estes servirão de base efetivamente para qualquer análise financeira.

Leitura Complementar

Tendo você interesse em aprofundar seu conhecimento sobre o tema abordado ao longo da Unidade 3, a seguir sugerimos algumas publicações para sua consulta:

HELFERT, Erich. *Técnicas de análise financeira*. 9. ed. Porto Alegre : Bookman, 2000.

PADOVESE, Clovis Luis; BENEDICTO, G. C. *Análise das demonstrações financeiras*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2004.

SANTOS, Vilmar Pereira dos. ***Manual*** *de diagnóstico e reestruturação financeira de empresas*. São Paulo: Atlas, 2000.

Referências

MARTINS, Eliseu. *Administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Unidade 4

Demonstração Financeira Complementar

Dando continuidade ao estudo das demonstrações financeiras obrigatórias, na unidade quatro você conhecerá a demonstração financeira complementar mais usual e sua composição, bem como as Notas Explicativas que acompanham as demonstrações financeiras. Para tanto apresentaremos dois objetivos principais:

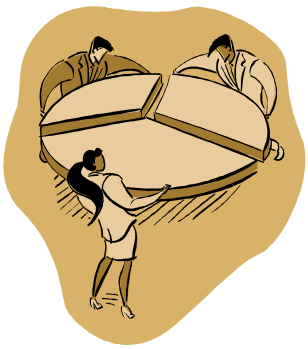
• conhecer a composição da Demonstração Financeira complementar mais usual e

• conhecer os relatórios que acompanham as demonstrações financeiras.

Esses temas serão trabalhados nas próximas duas seções: 1) Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) e 2) Relatórios que Acompanham as Demonstrações Financeiras, nas quais você conhecerá a estrutura da demonstração financeira complementar e a classificação dos itens que a compõem de forma detalhada.

Seção 4.1

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)



Apenas uma parte do lucro líquido é distribuída para os proprietários da empresa, em forma de dividendos. A maior parcela, normalmente, é retida na empresa e reinvestida no negócio.

A destinação (canalização) do lucro líquido para os proprietários (distribuição de dividendos) ou o reinvestimento na própria empresa (retenção do lucro) serão evidenciados na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados antes de serem indicados no balanço patrimonial.

Na concepção de Silva (2005), o objetivo da demonstração, portanto, é apresentar o saldo de lucros ou prejuízos remanescente do exercício anterior, as alterações ocorridas no exercício, o lucro ou prejuízo do exercício e a destinação dada aos lucros ao final de cada exercício social.

Vamos conhecer agora a estrutura desse demonstrativo, bem como cada um dos elementos que o integram.

4.1.1 – A ESTRUTURA DO DEMONSTRATIVO

Segundo Iudícibus (1988), no dispositivo legal da Lei 6.404, artigo 186, tem-se a estrutura da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados a qual será apresentada a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO
(+) OU (–)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
(=)
SALDO INICIAL AJUSTADO
(–)
DESTINAÇÃO NO EXERCÍCIO
(+)
REVERSÕES, ABSORÇÕES E TRANSFERÊNCIAS DE RESERVAS
(+) OU (–)
RESULTADO DO EXERCÍCIO
(+) OU (–)
CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO INICIAL AJUSTADO *
(=)
SALDO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA
(–)
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO SALDO
(=)
SALDO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Fonte: Lei 6.706/76

A seguir você vai conhecer o que cada um desses elementos representa.

4.1.2 – OS ELEMENTOS QUE INTEGRAM O DEMONSTRATIVO

Saldo no início do período – É o valor contábil remanescente do exercício anterior, ou seja, o saldo da conta lucros ou prejuízos acumulados constante do balanço patrimonial daquele exercício. Este saldo poderá ser credor ou devedor, dependendo se expressar lucros ou prejuízos, respectivamente.

Ajustes de exercícios anteriores – A compreensão dos lançamentos contábeis de ajustes de exercícios anteriores se reveste de suma importância, pois seu uso indevido ou sua não utilização, quando cabível, causam distorções no resultado do exercício. A Lei 6.404, no § 1º de seu artigo 186, define-os como sendo lançamentos efetuados em decorrência da mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes. Assim, apenas nestas duas condições eles podem e devem ser feitos.

Destinação no exercício – É procedimento normal nas empresas que o lucro líquido do exercício, após deduzidas as participações e as provisões para contribuição social e Imposto de Renda, seja destinado já por ocasião do levantamento do balanço patrimonial respectivo. Dessa forma, neste próprio balanço já estarão consignadas as destinações do lucro, sejam elas para reservas, retenções de lucros ou para pagamentos de dividendos, de modo a que o chamado **saldo no início do período** já tenha sido afetado por estas destinações.

Assim, os acionistas, por ocasião da assembléia geral ordinária destinada à aprovação das contas do exercício anterior, já terão a proposta de destinação dos lucros daquele exercício devidamente contabilizada e constando das respectivas demonstrações financeiras, cabendo a eles aprová-las ou modificá-las. As **destinações no exercício**, portanto, referem-se a valores acrescidos à proposta original da administração ou a destinações decorrentes de assembléia geral extraordinária, normalmente para aumento do capital social, distribuição de dividendos adicionais ou para aquisição de ações da própria empresa (ações em tesouraria).

Reversão, absorção e transferência de reservas – Entende-se como reversão o retorno de valores destacados do lucro líquido de períodos anteriores destinados à formação de Reservas Estatutárias, de Reservas de Contingência, de Reservas de Lucros a Realizar e de Reservas de Lucros para Expansão, que voltam à composição de lucros acumulados para redestinação.

A absorção é definida como sendo a utilização de Reservas de Capital, de Reserva Legal e, eventualmente, da Reserva de Reavaliação, na compensação de prejuízos contábeis. Já a transferência é o lançamento contábil de qualquer destinação de reserva, que não se caracterize como reversão ou absorção. O tipo mais comum de transferência é a destinação de reservas para aumento de capital social.

Correção monetária do saldo inicial ajustado – até 31/12/95 também fazia parte da demonstração o valor da correção monetária do saldo inicial, considerando-se para esta correção as alterações ocorridas no período em função de Ajustes de Exercícios Anteriores, das Destinações do Exercício e das Reversões, Absorções ou Transferências de Reservas.

Resultado do exercício – é o valor do lucro líquido ou do prejuízo do período, após as participações e as provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social. Este valor corresponde ao saldo final da conta transitória intitulada Resultado do Exercício, que é aberta por ocasião do encerramento do exercício social para receber os saldos de todas as contas de resultado, quais sejam, as de receitas, custos e despesas.

Saldo à disposição da assembléia – é o valor resultante da soma algébrica do saldo inicial da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, dos Ajustes de Exercícios Anteriores, das Destinações do Exercício, das Reversões, Absorções e Transferências de Reservas e do Resultado do Exercício correspondente à demonstração.

Proposta de destinação do saldo – determina o artigo 192 da Lei 6.404 que os órgãos de administração da companhia apresentarão à Assembléia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. Deve-se entender a determinação do dispositivo legal não de forma ampla com relação ao próprio saldo de Lucros Acumulados, pois é este valor que fica à disposição da Assembléia Geral. Entender o contrário significaria que o valor remanescente de Lucros Acumulados deveria permanecer eternamente intocável, o que não seria lógico admitir-se.

Assim, é com base no saldo total, isto é, o remanescente do período anterior acrescido ou diminuído do resultado do próprio período, que os órgãos de administração farão sua proposta de destinação, mandarão contabilizá-la e ficarão no aguardo da ratificação da assembléia.

Para seu melhor entendimento vamos exemplificar a metodologia de elaboração da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

Considere os seguintes dados:

a) Saldo no início do período R$ 18.000;

b) Saldo no final do exercício R$27.000;

c) Lucro do Exercício R$ 60.000;

d) Proposta de destinação do saldo R$ 51.000.

Para elaborar essa demonstração é bastante simples: basta preencher a estrutura com os dados citados anteriormente nas letras **a, b, c e d.**

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	R$
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**18.000**
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0
(=)SALDO INICIAL AJUSTADO	**18.000**
(–) DESTINAÇÃO NO EXERCÍCIO	(51.000)
(+ / –) RESULTADO DO EXERCÍCIO	60.000
(=) SALDO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA	**27.000**
(=) SALDO AO FINAL DO EXERCÍCIO	**27.000**

Exemplo adaptado da Lei das Sociedades Anônimas

Seção 4.2

Relatórios que Acompanham as Demonstrações Financeiras

Nesta segunda seção você vai constatar que os relatórios que acompanham as demonstrações financeiras podem ser de dois tipos: notas explicativas e/ou relatório da administração.

a. Notas Explicativas e Pareceres

Segundo Iudícibus (1988) o § 4º do artigo 176 da Lei 6.404, de 1976, determina que as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis, necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

A finalidade das notas explicativas é auxiliar e esclarecer o usuário das demonstrações financeiras a entendê-las melhor, de forma a evitar que as mesmas se tornem enganosas. Além do mais, as informações destacadas em notas explicativas devem ser relevantes quantitativa e qualitativamente (Silva, 2005).

Quando ocorrerem mudanças nos procedimentos contábeis de um ano para outro, estas devem ser destacadas se a repercussão no resultado for relevante. Podemos citar como exemplo a mudança no critério de avaliação dos estoques e a alteração no método de cálculo de depreciação de ativos.

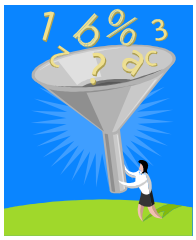
As demonstrações financeiras das companhias abertas são obrigatoriamente auditadas por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Por isso estes pareceres integram as demonstrações publicadas, constituindo-se num importante instrumento para o analista.

b. Relatórios da Administração

O Relatório da Administração, também chamado de Mensagem aos Acionistas, deve funcionar como uma prestação de contas dos administradores aos acionistas e, ao mesmo tempo, deve fornecer uma análise prospectiva. Tais relatórios também podem apenas submeter as demonstrações financeiras à apreciação dos acionistas, sem apresentar qualquer informação relevante. Por outro lado, podem trazer um conjunto de informações importantes sobre o estágio em que se encontram determinados projetos, o histórico da empresa, os planos futuros, políticas de recursos humanos e investimentos em pesquisa e desenvolvimento (Santos, 2000).

Dessa forma, entende-se que o relatório da administração apresenta e comenta a empresa, seus resultados, as expectativas futuras da direção e demais dados relevantes. Para que você entenda melhor o que é este relatório tomamos como exemplo os impactos gerados no patrimônio de uma empresa de terraplanagem a partir de uma transação referente ao contrato de prestação de serviço pelo prazo de 5 anos a uma construtora. Tal relatório deverá explicar a expectativa de resultados durante o período, com argumentos relevantes a respeito.

Síntese Final



Ao término da Unidade 4 você terá conhecimento da estrutura da demonstração financeira complementar (Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados) e de como chagamos a esses dados.

Chamamos a atenção novamente para que você não dê seqüência ao estudo sem entender claramente os tópicos estudados até o momento. Lembrando o que já foi mencionado anteriormente, as demonstrações financeiras, principalmente o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado, são a base para a análise financeira.

Referências

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços.* São Paulo: Atlas, 1988.

SANTOS, Vilmar Pereira dos. *Manual de diagnóstico e reestruturação financeira de empresas.* São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas.* São Paulo: Atlas, 2005.

Leitura Complementar

Caso você queira ampliar seu conhecimento sobre o tema abordado ao longo da Unidade 4, seguem algumas sugestões de publicações que você pode consultar:

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das sociedades por ações.* São Paulo: Atlas, 2000.

PADOVESE, Clovis Luis; BENEDICTO, G. C. *Análise das demonstrações financeiras.* São Paulo: Pioneira Thompson, 2004.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. *Contabilidade Societária*. Atualizado pela Lei nº 10.303/01. São Paulo: Atlas, 2002.

Unidade 5

Preparação das Demonstrações Financeiras para Fins de Análise

Agora que você já conhece as demonstrações financeiras, apresentaremos ao longo da Unidade 5 os indicadores para atualização das demonstrações financeiras, com vistas a sua uniformidade para fins de análise. Ainda nesta Unidade você conhecerá como ocorre a análise **Vertical** e **Horizontal.** Nossos objetivos de aprendizagem são:

• conhecer os principais indicadores de indexação;

• conhecer as etapas básicas do processo de análise financeira;

• entender a definição e como ocorre a análise vertical e horizontal das demonstrações financeiras e

• conhecer os primeiros cálculos e análises para determinar o capital disponível na empresa.

Esses temas serão trabalhados nas próximas quatro seções:

1) os indicadores de indexação;

2) análise econômico-financeira,

3) análises comparativas vertical, horizontal e combinada e, ainda,

4) os primeiros cálculos.

Sendo assim, iniciaremos apresentando os indicadores de indexação com os demais temas sendo abordados na seqüência.

Seção 5.1

Os Indicadores de Indexação

Ao visualizar as demonstrações financeiras precisamos ter em mente que nem sempre a Contabilidade pode fornecer uma série de dados precisos sobre a empresa e suas operações. Se não existisse variação nos preços dos bens e serviços transacionados pela sociedade, certamente diminuiria a imprecisão de muitas informações.

Apesar de todo o emaranhado de normas, o Balanço Patrimonial e a Demonstração dos Resultados do Exercício ainda apresentam questões complexas relativas à avaliação de seus componentes.

Como visto anteriormente, o estudo do Balanço Patrimonial representa a situação da empresa em determinado momento. Segundo Santos (2000), os itens do balanço podem ser avaliados de três formas diferentes:

a) Valor presente – como no caso das disponibilidades. É o valor atual (data da realização do balanço).

b) Valor futuro – como no caso de contas a receber de clientes. São valores a receber no futuro, curto ou longo prazo; tais valores estão registrados na Contabilidade, sem os devidos ajustes.

c) Valor passado – como no caso dos estoques.

Uma questão importante quando se analisa algum demonstrativo financeiro é saber se os valores deste representam de forma fidedigna a situação patrimonial da empresa. Na realidade, todos os itens do balanço deveriam ser avaliados pelo conceito de valor presente. Assim sendo, em conseqüência das imprecisões que estejam contidas nos itens do ativo, no passivo circulante e no exigível a longo prazo, o patrimônio líquido poderá estar sub ou superavaliado, refletindo tais desvios.

A Lei 6.404/76 obrigava as empresas a procederem à correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido com a finalidade de aprimorar a qualidade das informações contábeis em virtude dos elevados índices de inflação na época. Posteriormente a Lei 9.249/95, artigo 4º, eliminou a correção monetária das demonstrações financeiras em decorrência de a moeda brasileira apresentar-se estável, em níveis relativamente baixos (Martins, 1996).

Seção 5.2

Análise Econômico-Financeira

A análise econômico-financeira consiste no estudo e na aplicação de uma metodologia específica de avaliação de empreendimentos, na busca de respostas precisas quanto à real situação das organizações ou quais os motivos que levaram a apresentar determinado crescimento ou queda (Santos, 2000).

Geralmente as perguntas que se fazem sobre qualquer organização são:

* qual é o mercado de atuação da referida organização?
* qual o ramo de atividade (setor) em análise?
* qual a real situação desta organização?
* este ramo de atividade é lucrativo?
* esta organização tem solidez?
* posso conceder crédito para esta organização?
* posso comprar ações desta organização?

As respostas para estas questões e muitas outras mais são consideradas no momento de realizar qualquer operação comercial ou creditícia que envolva uma ou mais organizações, e somente com o estudo dos dados contidos nos relatórios (contábeis) financeiros e com a busca de outras informações correlatas tal averiguação torna-se possível.

A avaliação é procedida por meio da metodologia de análise de balanços, a qual tem por objeto os demonstrativos contábeis e as informações quanto à situação econômico-financeira das organizações, para atender a usuários com interesses vários como: decidir sobre concessão de crédito ou investimentos.

A análise se utiliza das informações contidas nos balanços publicados pelas organizações e nestes demonstrativos busca abstrair as informações para o desenvolvimento de seu estudo.

Aplicando, porém, a mesma metodologia e aprofundando o estudo, a análise pode se valer de mais dados à medida que necessitar.

Não basta, contudo, apenas olharmos um balanço, é preciso, em primeiro lugar, entendê-lo e em segundo usá-lo como fonte de informações para as finalidades específicas da análise proposta. É importante saber abstrair os dados mais significativos, transformar esses dados em informações relevantes, por meio de cálculos de indicadores, representações gráficas e interpretações precisas.

A avaliação da organização tem por finalidade detectar os pontos fortes e os pontos fracos do processo operacional e financeiro da empresa, objetivando propor alternativas a serem tomadas e seguidas pelos seus gestores (Padovese; Benedicto, 2004).

A partir de uma correta avaliação da situação econômica e financeira de uma organização temos condições de agir corretivamente na busca da melhoria de seus resultados, planejar novas ações, aumentar sua capacidade financeira e buscar o seu crescimento patrimonial.

Conheça a seguir quais são as etapas básicas de um processo de análise financeira e, na seqüência, quais são os casos em que devemos reclassificar as contas para que elas possam representar corretamente a situação da empresa.

5.2.1 – ETAPAS BÁSICAS DO PROCESSO DE ANÁLISE FINANCEIRA

A análise das demonstrações financeiras exige uma preparação preliminar das peças contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado). A chamada padronização das demonstrações financeiras é uma etapa precedente da análise propriamente dita, como vimos na Unidade 3. Para Silva (2005), o processo de análise como um todo obedece a uma seqüência, conforme segue:

a) Coleta de documentação para análise.

b) Conferência da documentação recebida.

c) Preparação: leitura e padronização das demonstrações financeiras.

d) Processamento: cálculos dos indicadores e obtenção de relatórios.

e) Análise dos indicadores e relatórios.

f) Conclusão: elaboração do parecer.

A reclassificação ou padronização das demonstrações financeiras tem como objetivo trazê-las a um padrão de procedimento e de ordenamento na distribuição das contas, visando a diminuir as diferenças nos critérios utilizados pelas empresas na apresentação de tais demonstrações. O outro objetivo é fazer com que as demonstrações atendam às necessidades de análise e sejam apresentadas em uma forma simples de visualização e de fácil entendimento. A reclassificação, portanto, tem a finalidade de:

a) Trazer todas as demonstrações financeiras a um mesmo critério, permitindo a comparabilidade entre empresas.

b) Fornecer o detalhamento necessário às diversas etapas do processo de análise, adequando-se a uma política interna que foi adotada pela empresa.

c) Fornecer índices e indicadores isentos dos efeitos dos distintos critérios adotados por diferentes empresas na elaboração de suas demonstrações financeiras.

d) Aprimorar conceitualmente a classificação de um valor com vista a um posição cautelosa na interpretação do analista.

e) É necessário, porém, cuidado para não perder a noção da estrutura da empresa.

5.2.2 – RECLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

Martins (1996) apresenta alguns dos principais casos de reclassificação:

- Imóveis a vender: aparece no Ativo Circulante, deve ser reclassificado para Ativo Realizável a Longo Prazo.

- Despesas e receitas financeiras são legalmente operacionais, mas deveriam estar no grupo não operacional.

- Duplicatas descontadas: são classificadas substrativamente em duplicata a receber do Ativo Circulante, devendo ser reclassificadas no Passivo Circulante.

- Despesas do exercício seguinte: normalmente classificadas no Ativo Circulante. É uma despesa antecipada que será consumida pela empresa no próximo ano e, portanto, não servirá para pagar dívidas da empresa. Deve estar diminuindo o grupo do Patrimônio Líquido.

- Resultados de exercícios futuros: são constituídas por um lucro estimado, resultante da receita recebida, se houver absoluta certeza de que esta receita não será devolvida. Ex: aluguel recebido com cláusula de não reembolso para então ser incluída no Patrimônio Líquido. O grupo Resultado de Exercícios Futuros para efeito de análise será eliminado.

- *Leasing*: pela legislação fiscal atual *leasing* é tratado como aluguel, sendo contabilizado como despesa. As normas internacionais tratam o bem como um ativo e a dívida como um passivo exigível. A legislação contábil segue os padrões internacionais.

Deixamos claro, no entanto, que para fins de análise deverão ser adotadas as estruturas das demonstrações contábeis propostas pelo Conselho Federal de Contabilidade, ou seja, as que foram vistas até o momento em nossos estudos.

Seção 5.3

Análises Comparativas Vertical, Horizontal e Combinadas

Uma vez padronizadas as demonstrações financeiras é possível ao analista iniciar a Análise Vertical e Horizontal, bem como dos índices financeiros e demais instrumentos de análise. Com os avançados recursos da informática, tanto a Análise Vertical quanto a Horizontal e também os índices financeiros úteis ao processo interpretativo e decisório podem ser obtidos com precisão e rapidez, via processamento eletrônico de dados (Padovese; Benedicto, 2004).

Utilizando o conhecimento sobre a empresa, bem como as informações obtidas por meio das demonstrações financeiras, é possível desenvolver a análise dessas demonstrações com o intuito de compreender e avaliar aspectos como:

a) Capacidade de pagamento da empresa mediante a geração de caixa;

b) Capacidade de remunerar os investidores gerando lucro em níveis compatíveis com suas expectativas;

c) Nível de endividamento, motivo e característica do endividamento;

d) Políticas operacionais e seus impactos na necessidade de capital de giro da empresa;

e) Impacto das decisões estratégicas relacionadas a investimentos e financiamentos.

Segundo Silva (2005), o propósito da Análise Vertical (AV) é mostrar a participação relativa de cada item de uma demonstração financeira em relação a determinado referencial. O percentual de cada conta mostra sua real importância no conjunto.

$$AV = \frac{\text{Rubrica}}{\text{Base}} X\ 100$$

Como exemplo podemos utilizar a conta caixa como rubrica, em que o valor desta conta é de R$ 10.000,00 e o total do Ativo que representa a base é de R$ 100.000,00.

Como prática do cálculo para a Análise Vertical temos:

$$AV = 10.000 / 100.000 \times 100 = 10\%$$

Significa que a conta caixa representa 10% do Ativo Total no período analisado.

A Análise Vertical baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras e para isso se calcula o percentual de cada conta em relação a um valor base. No balanço, por exemplo, é comum determinar quanto por cento representa cada rubrica (e grupo de rubricas) em relação ao ativo total e na demonstração do resultado do exercício calcula-se o percentual de cada conta em relação às vendas líquidas ou receitas líquidas.

Já na Análise Horizontal (AH) o propósito é permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas de uma série que compõem as demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série. A evolução de cada conta revela os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências.

$$AH \text{ em } Xn = \frac{\text{Rubrica em análise em xn}}{\text{Base em análise em x1}} X\ 100$$

Podemos utilizar como exemplo a evolução da conta caixa do ano de 2006 para o ano de 2007, em que o valor desta conta em 2007 é de R$ 12.000,00, sendo a rubrica em análise em xn, e o valor da conta caixa em 2006 como base em análise em x1 onde o valor é de R$ 10.000,00.

Como prática de cálculo para a Análise Horizontal temos:

$$AH = 12.000 / 10.000 \times 100 = 120\%$$

Para que você possa entender melhor, observamos que o resultado encontrado foi de 120%. Sendo assim, verificamos que houve um acréscimo na conta caixa de 2006 para 2007.

Os métodos de Análise Vertical e Horizontal se completam e até se sobrepõem. A Análise Horizontal traz maior contribuição para identificar o crescimento da receita de um modo geral (de vendas ou de prestação de serviço) e para sua comparação com outras empresas do mesmo setor. Na análise dos demais itens a Análise Vertical tende a ser suficiente.

A Análise Vertical mostra em cada ano a relevância de cada item em relação à base adotada, portanto, se mostrar que determinada rubrica não é relevante, o analista nem deve perder tempo com ela. Por outro lado, a Análise Horizontal pode indicar grande variação de um item, o qual, muitas vezes, no contexto não é expressivo.

Conforme Matarazzo (1994), os objetivos da Análise Vertical/Horizontal são os seguintes:

- Análise Vertical: mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, por meio da comparação com a sua concorrência principal, ou com padrões do ramo ou ainda com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.

- Análise Horizontal: mostrar a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, pela comparação entre si, permitir tirar conclusões sobre a evolução da empresa.

Em sentido específico, destacam-se os seguintes objetivos da Análise Vertical/Horizontal conjuntamente:

a) Indicar a estrutura do Ativo e Passivo, bem como suas modificações (AV) e

b) Analisar em detalhes a evolução e o desempenho da empresa numa série de períodos (AH).

Na seqüência apresentaremos um exemplo, no qual você poderá verificar a metodologia de cálculo e de relatório para a análise **Vertical** e **Horizontal**. Este exemplo foi extraído de Matarazzo (1994).

Representação do patrimônio organizacional

BALANÇO PATRIMONIAL DA CIA. BIG

	31.12.X1			31.12.X2			31.12.X3		
	Valor Absoluto	AV	AH	Valor Absoluto	AV	AH	Valor Absoluto	AV	AH
ATIVO									
CIRCULANTE									
FINANCEIRO									
Disponível	34.665	1,27	100	26.309	0,66	75,89	25.000	0,44	72,12
Aplicações financeiras	128.969	4,73	100	80.915	2,03	62,74	62.000	1,10	48,07
SOMA	163.634	6,00	100	107.224	2,69	65,53	87.000	1,54	53,17
OPERACIONAL									
Clientes	1.045.640	38,36	100	1.122.512	28,18	107,35	1.529.061	27,05	146,23
Estoque	751.206	27,56	100	1.039.435	26,09	138,37	1.317.514	23,31	175,39
SOMA	1.796.846	65,91	100	2.161.947	54,27	120,32	2.846.575	50,35	158,42
Total do Ativo Circulante	**1.960.480**	**71,91**	**100**	**2.269.171**	**56,96**	**115,75**	**2.933.575**	**51,89**	149,64
PERMANENTE									
Investimento	72.250	2,65	100	156.475	3,93	216,57	228.075	4,03	315,67
Imobilizado	693.448	25,44	100	1.517.508	38,09	218,84	2.401.648	42,48	346,33
Diferido				40.896	1,03	100,00	90.037	1,59	220,16
Total do Ativo Permanente	**765.698**	**28,09**	**100**	**1.714.879**	**43,04**	**223,96**	**2.719.760**	**48,11**	355,20
TOTAL DO ATIVO	**2.726.178**	**100,00**	**100**	**3.984.050**	**100,00**	**146,14**	**5.653.335**	**100,00**	207,37
PASSIVO									
CIRCULANTE									
OPERACIONAL									
Fornecedores	708.536	25,99	100	639.065	16,04	90,20	688.791	12,18	97,21
Outras obrigações	275.623	10,11	100	289.698	7,27	105,11	433.743	7,67	157,37
SOMA	984.159	36,10	100	928.763	23,31	94,37	1.122.534	19,86	114,06
FINANCEIRO									
Empréstimos Bancários	66.165	2,43	100	83.429	2,09	126,09	158.044	2,80	238,86
Dupls. Descontadas	290.633	10,66	100	393.885	9,89	135,53	676.699	11,97	232,84
SOMA	356.798	13,09	100	477.314	11,98	133,78	834.743	14,77	233,95
Total do Passivo Circulante	**1.340.957**	**49,19**	**100**	**1.406.077**	**35,29**	**104,86**	**1.957.277**	**34,62**	145,96
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO									
Empréstimos	314.360	11,53	100	792.716	19,90	252,17	1.494.240	26,43	475,33
Financiamentos				378.072	9,49	100,00	533.991	9,45	141,24
Total do ELP	**314.360**	**11,53**	**100**	**1.170.788**	**29,39**	**372,44**	**2.028.231**	**35,88**	645,19
Total de capitais de terceiros	**1.655.317**	**60,72**	**100**	**2.576.865**	**64,68**	**155,67**	**3.985.508**	**70,50**	240,77
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital e reservas	657.083	24,10	100	1.194.157	29,97	181,74	1.350.830	23,89	205,58
Lucros acumulados	413.778	15,18	100	213.028	5,35	51,48	316.997	5,61	76,61
Total do Patrimônio Líquido	**1.070.861**	**39,28**	**100**	**1.407.185**	**35,32**	**131,41**	**1.667.827**	**29,50**	155,75
Total do Capital Próprio	**1.070.861**	**39,28**	**100**	**1.407.185**	**35,32**	**131,41**	**1.667.827**	**29,50**	155,75
TOTAL DO PASSIVO	**2.726.178**	**100,00**	**100**	**3.984.050**	**100,00**	**146,14**	**5.653.335**	**100,00**	207,37

Fonte: Matarazzo, 1994, p. 258

Representação da situação econômica organizacional

Exercício Findo em	31.12.X1			31.12.X2			31.12.X3		
	Valor Absoluto	AV	AH	Valor Absoluto	AV	AH	Valor Absoluto	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	**4.793.123**	**100,00**	**100**	**4.425.866**	**100,00**	**92,34**	**5.851.586**	**100,00**	**122,08**
Custo dos produtos vendidos	3.621.530	75,56	100	3.273.530	73,96	90,39	4.218.671	72,09	116,49
Lucro bruto	1.171.593	24,44	100	1.152.336	26,04	98,36	1.632.915	27,91	139,38
Despesas operacionais	495.993	10,35	100	427.225	9,65	86,14	498.025	8,51	100,41
Outras Rec/Desp. Operacionais	8.394	0,18	100	17.581	0,40	209,45	27.777	0,47	330,91
LUCRO OPERACIONAL (ARF)	**683.994**	**14,27**	**100**	**742.692**	**16,78**	**108,58**	**1.162.671**	**19,87**	**169,98**
(antes dos Result Financeiros)									
Resultados financeiros	273.448	5,70	100	435.254	9,83	159,17	857.363	14,65	313,53
Receitas Financeiras	10.860	0,23	100	7.562	0,17	69,63	5.935	0,10	54,65
Despesas Financeiras	284.308	5,93	100	442.816	10,01	155,75	863.298	14,75	303,65
LUCRO OPERAC LÍQUIDO	**410.546**	**8,57**	**100**	**307.438**	**6,95**	**74,89**	**305.304**	**5,22**	74,37
Resultado não Operacional	1.058	0,02	100						0,00
LUCRO ANTES DO I.R.	**411.604**	**8,59**	**100**	**307.438**	**6,95**	**74,69**	**305.304**	**5,22**	**74,17**
LUCRO LÍQUIDO	**223.741**	**4,67**	**100**	**167.116**	**3,78**	**74,69**	**165.956**	**2,84**	**74,17**

Fonte: Matarazzo, 1994, p. 259.

Análise Vertical – Indica a representatividade de cada item que compõe o ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido em relação à composição total de cada grupo.

Tomando por exemplo o valor de capital e reservas, item que integra o capital próprio do Balanço Patrimonial, para calcular quanto representa sua importância no percentual total da empresa devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo total do passivo. Este cálculo nos permitirá obter o valor de 24,10%, que é o que capital e reservas representa no total do passivo.

$$AV = \frac{657.083 \times 100}{2.726.178} = 24,10\%$$

Já para a demonstração resultado do exercício a base para esta análise são as vendas líquidas, isto é, cada item que compõe o resultado é dividido pelas vendas líquidas e multiplicado por 100.

Exemplo:

$$AV = \frac{223.741 \times 100}{4.793.123} = 4,67\%$$

Análise Horizontal – Indica a evolução de cada item que compõe o patrimônio e o resultado das empresas na comparação de um ano para outro, para a qual a base é sempre o primeiro ano analisado. Vale ressaltar que, por exemplo, quando estamos analisando o ano x e, digamos, neste ano não há resultados operacionais, já no próximo ano analisado este item apresenta valor, então tomamos como base o primeiro ano em que aparece valor no item analisado.

Tomando por exemplo o valor de capital e reservas, item que integra o capital próprio do Balanço Patrimonial do ano de X2, para calcular quanto representa a evolução deste item em relação ao ano de X1, devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo valor de capital e recursos de X1. Este cálculo nos permitirá obter o valor de 181,74%, sendo assim, verificamos que houve um acréscimo em capital e reservas de X1 para X2 de 81,74%.

Exemplo:

$$\frac{1.194.157 \times 100}{657.083} = 181,74\%$$

		AH		AH
Capital e reservas	657.083	100	1.194.157	181,74

O mesmo procedimento de cálculo também é utilizado para os itens que compõem o resultado.

Exemplo de relatório das análises verticais e horizontais

Para o Balanço Patrimonial

Análise Vertical

No Ativo

Disponibilidade – Demonstra que o nível do caixa e liquidez imediata da empresa diminuíram: em x1 representavam 1,27% do ativo total e em 0,66% caindo mais em x3 ficando em 0,44% do ativo total. As aplicações financeiras também caíram 4,73% em x1, 2,03% em x2 e 1,10% em x3.

Clientes – Representam uma queda ao longo dos 3 anos analisados. Como observa-se, em x1 representavam 38,36% do ativo total, em x2 28,18% e em x3 27,05%.

Estoques – Acompanharam a queda ocorrida nos grupos anteriores, em x1 representavam 27,56% do ativo total, em x2 26,09% e x3 23,31%.

Ativo Permanente – Este grupo aumentou significativamente, principalmente do ano de x1, quando sua representatividade era de 28,09% do ativo total para 43,04% em x2 e 48,11% em x3,

No Passivo

Passivo Circulante – Analisando a representatividade deste grupo em relação ao Passivo mais Patrimônio Líquido, no ano de x2 houve uma queda em relação a x1, de 49,19% para 35,29%. O mesmo observamos em x3, em que sua representatividade é de 34,62%.

Passivo Exigível de Longo Prazo – Para este grupo houve um aumento: em x1 representava 11,53%, em x2 29,39% e em x3 35,88%.

Isso demonstra que as dívidas de curto prazo foram em parte substituídas pelas de longo prazo, embora o capital de terceiros também tenha aumentado durante o período analisado: em x1 representava 60,72%, x2 64,68%, chegando a 70,50% da soma do passivo mais o patrimônio líquido.

Patrimônio Líquido – O capital próprio diminui sua representatividade durante os anos analisados em x1 representava 39,28%, em x2 35,32% e em x3 29,50%.

Análise Horizontal

No Ativo

Disponibilidade – Este grupo em x2 comparando com x1 caiu 34% e em x3, comparando com o mesmo ano, caiu 27,88%.

Aplicações financeiras – Em x2 representam queda em relação a x1 de 37,26% e para o ano de x3 a queda em relação a x1 foi de 51,93%.

Clientes – representaram em x2 um aumento de 7,35% e em x3 de 46,23%.

Estoques – Representaram um aumento em x2 de 38,37% e em x3 de 75,39% comparando com o ano de x1.

Ativo Permanente – em x2 aumentou 123,96% e em x3 aumentou em 255,20% em relação ao ano de x1.

No Passivo

Passivo Circulante – em x2 este grupo aumentou 4,86% em x3 45,96% em relação a x1.

Passivo Exigível de Longo Prazo – Para este o aumento em x2 foi de 272,44% e em x3 545,19% em relação a x1.

Patrimônio Líquido – O capital próprio em x2 aumentou 31,41% e em x3 55,75% em relação a x1.

Para a demonstração de resultado do exercício

Análise Vertical

Para x2 – o custo das mercadorias vendidas representa 75,56% da Receita Líquida; o LOB 24,44%; as despesas operacionais 10,35%; resultado financeiro negativo representa 9,83%; o Lucro Operacional Líquido 8,57%; o resultado não Operacional (receitas) 0,02%; e o Lucro Líquido 4,67%.

Para x3 – o custo das mercadorias vendidas representa 73,96% da Receita líquida; o LOB 26,04%; as despesas operacionais 9,65%; resultado financeiro negativo representa 14,65%; o Lucro Operacional Líquido 6,95%; e o Lucro Líquido 3,78%.

Análise Horizontal

Para x2 – As receitas Líquidas caíram 7,66%; o custo das mercadorias vendidas caiu em 9,61%, resultando em uma queda no Lucro Operacional Bruto de 1,64%. As Despesas Operacionais caíram 13,86%; o resultado financeiro negativo aumentou 59,17%; o Lucro Operacional Líquido caiu 25,11%; e o Lucro Líquido também caiu 25,31%.

Para x3 – As Receitas Líquidas aumentaram 22,08%; os custos das mercadorias vendidas aumentaram em 16,49%, resultando em um aumento no Lucro Operacional Bruto de 39,38%. As despesas operacionais aumentaram 0,41%; o resultado financeiro negativo aumentou 213,53%; o Lucro Operacional Líquido caiu 25,83% e o Lucro Líquido também caiu 25,83%.

A partir da Análise Horizontal constatou-se que o item responsável pela queda do Lucro Líquido no ano de x3 em 25,83% foi o aumento do resultado financeiro negativo em 213,53.

Seção 5.4

Os Primeiros Cálculos

Capital Circulante Líquido (CCL) – é resultante da diferença entre Ativo Circulante (numerário, estoques e créditos a receber de curto prazo) e Passivo Circulante (obrigações a pagar de curto prazo). A variação do CCL corresponde ao seu crescimento ou decrescimento de um período para outro.

Exemplo: buscando os dados no Balanço Patrimonial de X1 dado anteriormente no quadro Representação do Patrimônio Organizacional da Cia Big Sociedade Anônima tem-se:

CCL – Capital Circulante Líquido

AC – Ativo Circulante

PC – Passivo Circulante

$$CCL = AC - PC$$

$$CCL = 1.960.480 - 1.340.957 = 619.523$$

Este resultado demonstra que o Capital Circulante Líquido é positivo por ser o Ativo Circulante maior que o Passivo Circulante.

Capital de Giro Próprio – Diferença entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Permanente, ou seja, os valores que sobram de capital próprio, após as imobilizações (itens que integram o Ativo Permanente). Como nele se incluem os valores de longo prazo, deixa de ter somente o caráter de giro de curto prazo e passa a ter o caráter de capital de giro de curto e longo prazos. Por meio da equação CGP = PL – AP obtém-se o Capital de Giro Próprio (ou de terceiros). O Capital de Giro será próprio sempre que os valores registrados do Patrimônio Líquido superarem os valores imobilizados, ou seja, registrados no Ativo Permanente. Neste caso, teremos CGP = PL > AP (situação A). Caso contrário, teremos Capital de Giro de Terceiros, ou seja, isto ocorre sempre que os valores imobilizados superarem os valores do Patrimônio Líquido. Neste caso teremos Capital de Giro de Terceiros = AP > PL (situação B).

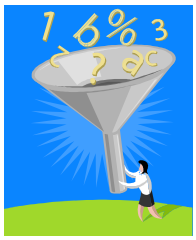
Exemplo: **CGP = PL – AP**

CGP = 1.070.861 – 765.698

CGP = 305.163

Sendo este resultado positivo significa dizer que temos capital de giro próprio.

Síntese Final



Ao término da Unidade 5 você será capaz de: 1) conhecer para que servem as Análises **Vertical** e **Horizontal;** 2) efetuar os cálculos com o relatório explicativo a respeito dos índices obtidos, com vistas a entender qual o comportamento de cada item que compõe a estrutura patrimonial e o resultado em um dado período (AV); 3) acompanhar a evolução destes itens de um período para outro (AH) e, por último; 4) aprender como você pode, a partir do Balanço Patrimonial, calcular o Capital Circulante Líquido e o Capital de Giro Próprio.

Bem, depois de você conhecer de forma bem aprofundada o Balanço e a Demonstração do Resultado do Exercício, ao longo da Unidade que estamos terminando, você aprendeu a analisar estes demonstrativos com vistas a buscar neles informações que possam auxiliá-lo a entender melhor a composição patrimonial da empresa, bem como os resultados obtidos

em um dado período. Caso ainda não consiga fazer isto, retorne aos pontos sobre os quais ainda tem dúvida e procure resolvê-las. Se necessitar, não hesite e busque ajuda.

Referências

MARTINS, Eliseu. *Administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1996.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços*. São Paulo: Atlas, 1994.

PADOVESE, Clovis Luis; BENEDICTO, G. C. *Análise das demonstrações financeiras.* São Paulo: Pioneira Thompson, 2004.

SANTOS, Vilmar Pereira dos. *Manual de diagnóstico e reestruturação financeira de empresas.* São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Leitura Complementar

Esta é uma unidade importante na construção do conhecimento para o processo de análise financeira e caso você queira ampliar seu conhecimento sobre o tema abordado, seguem algumas sugestões de publicações que você pode consultar:

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços.* São Paulo: Atlas, 1988.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das sociedades por ações.* São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços:* abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 1993.

NETO, Assaf. *Estrutura e análise de balanços*: um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 1997.

Unidade 6

Análise por Índices e Coeficientes

Na Unidade 5 você aprendeu sobre a Análise Vertical e Horizontal, agora vamos aprofundar um pouco mais, calculando e interpretando os índices e coeficientes obtidos a partir do Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício. Com este propósito nesta temos três questões centrais que são:

• entender o que são e para que servem as análises por indicador ou coeficientes;

• conhecer os indicadores de liquidez a partir do Balanço Patrimonial e

• conhecer os indicadores de endividamento a partir do Balanço Patrimonial.

Esses temas serão trabalhados nas próximas três seções:

1) entendendo os indicadores ou coeficientes,

2) indicadores de liquidez e,

3) indicadores de endividamento.

Sendo assim, iniciaremos explicando o que são e para que servem as análises por indicador ou por coeficiente.

Seção 6.1

Entendendo os Indicadores ou Coeficientes

Coeficientes, quociente ou índices, são relações que se estabelecem entre duas grandezas, havendo em princípio ilimitadas possibilidades de relacionamento entre elementos do Balanço Patrimonial entre aplicações, entre fontes e entre fontes e aplicações, da De-

monstração de Resultados do Exercício intra e entre elementos de receita, de custos, despesas e resultados, bem como entre elementos do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) (Matarazzo, 1994).

Um quociente é o resultado ou razão da divisão de um número por outro. Tal resultado fornece indicadores que são números relativos, ou seja, proporções.

Assim, a razão AC/PC nos fornece um quociente conhecido nos meios contábeis e financeiros como Índice de Liquidez Corrente, ou Coeficiente de Liquidez Circulante.

Logo, tem a finalidade de permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões pré-estabelecidos.

Seção 6.2

Indicadores de Liquidez

Segundo Silva (2005), a liquidez de uma empresa deve ser analisada sob diversos aspectos ou ângulos, tendo em vista as variações que ocorrem na composição das dívidas, dos valores e dos estoques das empresas quanto aos vencimentos e à qualidade.

O estudo da liquidez objetiva verificar a capacidade da empresa de liquidar seus compromissos nos prazos pré-estabelecidos. Com base em Silva (2005), abordaremos na seqüência os principais indicadores de Liquidez: Geral (LG); Corrente (LC); Seca (LS) e; Imediata (LI).

Vamos exemplificar de forma prática todos os indicadores de liquidez, tomando como base os demonstrativos financeiros da Cia Big, já utilizados na Unidade 5.

Representação do patrimônio organizacional

BALANÇO PATRIMONIAL DA CIA BIG

	Valor Absoluto		Valor Absoluto
ATIVO		**PASSIVO**	
CIRCULANTE FINANCEIRO		CIRCULANTE OPERACIONAL	
Disponível	34.665	Fornecedores	708.536
Aplicações financeiras	128.969	Outras obrigações	275.623
SOMA	163.634	SOMA	984.159
		FINANCEIRO	
OPERACIONAL		Empréstimos Bancários	66.165
Clientes	1.045.640	Dupls. Descontadas	290.633
Estoque	751.206	SOMA	356.798
SOMA	1.796.846	**Total do Passivo Circulante**	**1.340.957**
		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Total do Ativo Circulante	**1.960.480**	Empréstimos	314.360
		Financiamentos	
		Total do ELP	**314.360**
PERMANENTE		**Total de capitais de terceiros**	**1.655.317**
Investimento	72.250	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	693.448	Capital e reservas	657.083
Diferido		Lucros acumulados	413.778
Total do Ativo Permanente	**765.698**	**Total do Patrimônio Líquido**	**1.070.861**
		Total do Capital Próprio	**1.070.861**
TOTAL DO ATIVO	**2.726.178**	**TOTAL DO PASSIVO**	**2.726.178**

Fonte: Adaptado de Matarazzo, 1994, p. 258

Os dados para calcularmos os indicadores de liquidez são os correspondentes aos valores monetários que constam na coluna de valor absoluto.

Índice de Liquidez Geral (LG) – É a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que a organização converterá em dinheiro a curto e longo prazos e relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida de curto e longo prazos.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Ativo Realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante + Exigível de LP}} \times 100$$

Para a aplicação prática da fórmula, tomamos com exemplo o valor do ativo circulante mais o ativo realizável a longo prazo, item que integra o Ativo Total do Balanço Patrimonial, para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou

seja, 100, e depois dividi-lo pelo passivo circulante mais exigível de longo prazo. Este cálculo nos permitirá obter o valor de 118,43%, significando que o ativo circulante mais o ativo realizável a longo prazo é 18,43% superior à soma do passivo circulante e o exigível de longo prazo. Vale ressaltar que sempre que este percentual for positivo é bom para as finanças da empresa.

Prática do cálculo:

$$LG = \frac{1.960.480 + 0}{1.340.957 + 314.360} \times 100 = 118,43\%$$

Índice de Liquidez Corrente (LC) – É a capacidade de pagamento a curto prazo. Demonstra a capacidade da empresa em saldar ou pagar suas dívidas a curto prazo, pois relaciona o conjunto de bens e direitos realizáveis líquidos de curto prazo em relação às obrigações também de curto prazo.

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$$

Para a liquidez corrente também os dados foram extraídos do balanço da Cia Big. Por exemplo, tomamos o ativo circulante, item que integra o Ativo Total do Balanço Patrimonial. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo passivo circulante. Este cálculo nos permitirá obter o valor de 146,20%, significando que o ativo circulante é 46,20% superior ao passivo circulante. Vale ressaltar que sempre que este percentual for positivo é bom para as finanças da empresa.

Prática do cálculo:

$$LC = \frac{1.960.480}{1.340.957} \times 100 = 146,20\%$$

Índice de Liquidez Seca (LS) – Indica quanto a empresa possui em dinheiro, aplicações financeiras e duplicatas a receber para saldar seus compromissos com terceiros a curto prazo.

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$$

Para aplicarmos a fórmula da Liquidez Seca, extraímos os dados do balanço da Cia Big. Por exemplo, tomamos o ativo circulante menos os estoques, os quais integram o Ativo Total do Balanço Patrimonial. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo passivo circulante. Este cálculo nos permitirá obter o valor de 90,18%, significando que o ativo circulante menos os estoques, é 9,82% inferior ao passivo circulante. Vale ressaltar que o ideal seria que o ativo circulante menos os estoques, fosse superior ao passivo circulante. Logo este indicador, alerta para o fato de que a empresa não conseguirá saldar suas dívidas de curto prazo sem vender seus estoques.

Prática do cálculo:

$$LS = \frac{1.960.480 - 751.206}{1.340.957} \times 100 = 90,18\%$$

Índice de Liquidez Imediata (LI) – É a capacidade de pagamento em prazo imediato. Representa o valor de quanto a empresa dispõe imediatamente para saldar seus compromissos a curto prazo. Não existe um índice ideal, pois varia de empresa para empresa, conforme o ramo de atividade. Nesse caso poderá ser estabelecido um índice padrão em função do **ambiente externo** e **ambiente interno**.

O **ambiente externo** são as condições fora do âmbito de controle, os quais podem ser de dois tipos: 1) os **positivos**, que representam as **oportunidades**. Podemos citar como exemplo a liderança no mercado, credibilidade junto aos consumidores, entre outros, e 2) os **negativos,** que indicam as **ameaças**. Estas podem ser a desvalorização do câmbio, aumento da inflação e carga tributária.

O **ambiente interno** são as condições dentro do âmbito de controle, sendo também de dois tipos:

1) os **positivos,** que são os **pontos fortes.** Como exemplo citar trabalhos em equipes, colaboradores comprometidos, qualidade dos produtos e serviços, entre outros e

2) os **negativos**, que indicam os **pontos fracos**. Como exemplo citamos o uso inadequado do espaço físico e equipamentos, insuficiência de recursos financeiros, entre outros. A análise do ambiente interno deve concentrar-se nos aspectos básicos que refletem a capacidade de gestão.

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}} X\ 100$$

Para a Liquidez Imediata tomamos como exemplo as disponibilidades encontradas no balanço da Cia Big. O valor do disponível, que também integra o Ativo Total do Balanço Patrimonial, devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo passivo circulante. Este cálculo nos permitirá obter o valor de 2,58%, significando que a disponibilidade imediata de recurso para pagar as dívidas de curto prazo é 2,58% do passivo circulante. Este indicador alerta para o fato de que a empresa, para cumprir seus compromissos, além da disponibilidade existente deverá receber de seus clientes e vender uma boa parte de seus estoques.

Prática do cálculo:

$$LI = \frac{\mathbf{34.665}}{\mathbf{1.340.957}} x\ \mathbf{100 = 2,58\%}$$

Seção 6.3

Indicadores de Endividamento

Os índices de estrutura e endividamento decorrem das decisões estratégicas da empresa, relacionadas às decisões financeiras de investimentos, financiamento e distribuição de dividendos (Santos, 2000).

Relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição do capital próprio (PL) em relação ao capital de terceiros, e indicam a dependência da empresa com relação aos capitais de terceiros.

É a **solvabilidade** que avalia a situação das dívidas totais da empresa em relação ao seu ativo total.

Assim, ao longo desta seção, tomando como base Matarazzo (1994), serão estudados os coeficientes que auxiliam o gestor da empresa na análise financeira relacionada à estrutura de capital e ao endividamento da organização. Esses coeficientes são:

1) Participação de capitais de terceiros (PCT);

2) Nível de desconto de duplicatas (NDD);

3) Coeficiente de segurança máxima;

4) Composição do endividamento;

5) Coeficiente de dívidas a curto prazo e

6) Garantia do capital próprio ao capital de terceiros (GCP).

A seguir uma breve explicação sobre cada um deles.

Participação de Capitais de Terceiros (PCT) – O índice de participação de capitais de terceiros indica o percentual de capital de terceiros (PC + PELP) em relação ao capital próprio (PL), retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos.

$$PCT = \frac{\text{Passivo Circulante+Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

A interpretação do índice de participação de capitais de terceiros isoladamente, para o analista financeiro, cujo objetivo é avaliar o risco da empresa, é no sentido de que **quanto maior, pior**, mantidos constantes os demais fatores. Para a empresa, entretanto, pode ocorrer que o endividamento lhe permita melhor ganho por ação, porém associado a um maior ganho conseqüentemente estará um maior risco.

O papel do analista, porém, não deve se limitar à simples observação da manutenção, subida ou descida do índice, sendo necessário buscar as causas que interferem no comportamento da empresa.

Existem ainda outros pontos a considerar:

- Os prazos de vencimentos das dívidas a longo prazo.
- A participação das dívidas onerosas, no passivo circulante.
- O tipo e origem dos empréstimos.
- Os passivos ou obrigações não registrados.
- Em épocas de inflação, a ausência de correção monetária.
- As reavaliações de ativos.
- Ocorrências de cisão, fusão ou incorporação.

Nível de Desconto de Duplicatas (NDD) – O nível de desconto de duplicatas indica o percentual de duplicatas descontadas em relação ao total desses papéis a receber.

$$NDD = \frac{\text{Duplicatas Descontadas}}{\text{Duplicatas a Receber}} \times 100$$

No decorrer do ciclo operacional, muitas vezes as empresas vendem seus produtos a prazo e emitem duplicatas a seus clientes, e quando precisam de dinheiro vão aos bancos descontar as referidas duplicatas. Justamente pelo fato de que as empresas só descontam as duplicatas (que se referem aos títulos obtidos com as vendas de mercadorias a prazo) quando estiverem precisando de dinheiro é que este índice é do tipo **quanto maior, pior**.

Alguns comentários acerca deste índice:

- Normalmente, quanto maior a necessidade de recursos financeiros, maior será o nível de desconto de duplicatas, podendo-se até chegar ao extremo de emitir títulos que não correspondam a uma venda efetuada (duplicata fria).
- Muitas vezes as duplicatas da empresa estão comprometidas como garantia de outras operações e não há duplicatas para descontar.
- Na data do encerramento do balanço, os bancos com os quais trabalha a empresa podem não estar operando com carteira de desconto de duplicatas. Assim, um baixo nível de desconto de duplicatas pode significar que a empresa esteja com dívidas de curto prazo atrasadas por não ter conseguido realizar o desconto.

Para calcularmos os indicadores seguintes, faremos uso também das demonstrações financeiras da Cia Big.

Coeficiente de Segurança Máxima – Relaciona as dívidas de curto prazo e longo prazo em relação ao seu ativo total. Os credores necessitam saber qual é a segurança que a empresa teria a oferecer caso viesse a paralisar suas atividades e liquidar todo o seu ativo.

$$CSM = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível de LP}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Para a aplicação prática da fórmula, tomamos como exemplo o valor do passivo circulante mais o exigível de longo prazo, item que integra o passivo total do Balanço Patrimonial. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo ativo total. Este cálculo nos permitirá obter o valor de 60,72%, significando que o ativo total é 39,28% superior ao passivo circulante mais o exigível de longo prazo, sendo esta a segurança que a empresa teria a oferecer caso viesse a paralisar suas atividades e liquidar todo o seu ativo.

Prática do cálculo:

$$CSM = \frac{\mathbf{1.340.957 + 314.360}}{\mathbf{2.726.178}} \times \mathbf{100 = 60,72\%}$$

Composição do Endividamento – Este coeficiente relaciona os capitais de terceiros a curto prazo em relação ao seu exigível total.

$$CE = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}} \times 100$$

Para a aplicação prática da fórmula, tomamos como exemplo o valor do passivo circulante, item que integra o passivo total do Balanço Patrimonial. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo exigível total, que é o total do capital de terceiros. Este cálculo nos permitirá obter o valor de 81%, significando que o passivo circulante representa 81% do total de capital de terceiros existente na empresa.

Prática do cálculo:

$$CE = \frac{\mathbf{1.340.957}}{\mathbf{1.655.317}} \times \mathbf{100 = 81\%}$$

Coeficiente de Dívidas a Curto Prazo – Este coeficiente mostra as dívidas de curto prazo em relação ao patrimônio líquido e retrata o posicionamento da empresa em relação aos capitais de terceiros a curto prazo.

$$CDC = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Para a aplicação prática da fórmula, tomamos como exemplo o valor do passivo circulante, item que integra o passivo total do Balanço Patrimonial. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo patrimônio líquido, que é o total do capital próprio. Este cálculo nos permitirá obter o valor de 125,22%, significando que o passivo circulante é superior ao patrimônio líquido em 25,22%.

Prática do cálculo:

$$CDC = \frac{\mathbf{1.340.957}}{\mathbf{1.070.861}} \times \mathbf{100 = 125,22\%}$$

Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros (GCP) – Demonstra quanto do exigível é suportado pelos recursos próprios da empresa.

$$GCP = \frac{\text{Patrimônio LÍquido}}{\text{Exigível Total}}$$

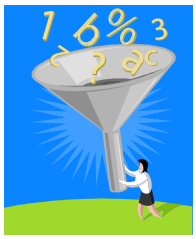
Interpretação: Para cada R$ 1,00 de dívida a empresa possui x de Patrimônio Líquido.

Para a aplicação prática da fórmula, tomamos como exemplo o valor do patrimônio líquido, item que integra o passivo total do Balanço Patrimonial. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo exigível total, que representa o patrimônio de terceiros. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 64,69%, significando que o exigível total é superior ao patrimônio líquido em 35,31%. Logo, para cada R$ 1,00 de dívida a empresa possui R$ 0,65 para cobrir.

Prática do cálculo:

$$GCP = \frac{\mathbf{1.070.861}}{\mathbf{1.655.317}} \times \mathbf{100 = 64,69\%}$$

Síntese Final



Ao término da Unidade 6 você está apto a calcular os indicadores de liquidez e endividamento, bem como efetuar a análise destes indicadores dizendo o que eles representam para a empresa analisada.

Como você observou, as unidades do nosso componente curricular apresentam-se interligadas. Sendo assim, para que seu desempenho seja bom em uma unidade, é imprescindível que tenha superado satisfatoriamente a anterior. Por esta razão estamos sempre, ao término de cada Unidade, reforçando a importância de que você não siga adiante caso ainda restem dúvidas no aprendizado proposto até o momento.

Leitura Complementar

Sugerimos algumas publicações para sua consulta extra, caso deseje saber mais sobre o tema.

HELFERT, Erich. *Técnicas de análise financeira.* 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços.* São Paulo: Atlas, 1988.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços:* abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 1993.

NETO, Assaf. *Estrutura e análise de balanços:* um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 1997.

Referências

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços.* São Paulo: Atlas, 1994.

SANTOS, Vilmar Pereira dos. *Manual de diagnóstico e reestruturação financeira de empresas.* São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Unidade 7

Análise por Índices e Coeficientes de Atividade e Rotação

Na Unidade 7 você irá conhecer os itens que tratam da análise da atividade e rotação. Para tanto esta Unidade lista três grandes objetivos:

- entender como ocorre a análise do grau de imobilização e o relacionamento do grau de imobilização com a atividade da empresa;
- entender como ocorre o giro dos estoques; e
- verificar a relação entre o prazo médio de pagamento recebimento.

Esses temas serão trabalhados nas próximas três seções:

1) grau de imobilização;

2) exame dos estoques e

3) prazo médio de pagamento e recebimento.

Nossa abordagem inicial será a compreensão do grau de imobilização, analisando o que isso representa para a análise financeira da empresa.

Seção 7.1

Grau de Imobilização

Na consecução de suas atividades operacionais, a empresa persegue sistematicamente produção de bens ou serviços e, conseqüentemente, vendas e recebimentos. Busca também um volume de lucros que possa satisfazer às expectativas de retorno de suas fontes de financiamento.

Segundo Silva (2005), é no desenvolver de todo este processo que se identifica de maneira normal e repetitiva o ciclo operacional da empresa, o qual pode ser definido como as fases operacionais existentes, que vão desde a aquisição de materiais para produção até o recebimento das vendas efetuadas. E também desenvolve-se o ciclo financeiro, que se inicia com o pagamento dos fornecedores e termina com o recebimento dos valores dos clientes.

Cada uma das fases de compra de materiais, recebimentos, produção e vendas possui determinada duração. A compra de matérias-primas evidencia também o prazo de armazenagem; a produção, o tempo de transformação desses materiais em produtos prontos; a venda, o prazo de estocagem dos produtos elaborados; e o recebimento, que nada mais é do que o prazo de cobrança de duplicatas a receber que caracterizam as vendas a prazo (Matarazzo, 1994).

Os prazos de rotação constituem-se em categoria de elevada importância para o analista. O balanço representa a situação patrimonial da empresa em determinado momento, isto é, de forma estática, sem refletir sua mobilidade, seu dinamismo.

Quanto mais distância ocorrer entre o pagamento e o recebimento, maior será a necessidade de recursos da empresa, afetando sua lucratividade, sua liquidez e seu endividamento.

Para Santos (2000), o Imobilizado é um grupo muito importante no Balanço Patrimonial das empresas, pois por um lado ele representa aplicações de recursos em bens sólidos quanto ao aspecto de permanência fixa no conjunto patrimonial da empresa, oferecendo boa segurança aos credores; por outro lado, quanto maiores forem os valores do Imobilizado, menores serão os valores circulantes para liquidar obrigações, prejudicando sensivelmente a situação de liquidez da empresa.

O **grau de imobilização** é, portanto, um coeficiente auxiliar na análise financeira e, acima de tudo, exige uma grande dose de **bom senso** dos analistas. Ao se examinar o coeficiente de imobilização é importante analisar se a parcela de capital próprio que sobra após as imobilizações é ou não suficiente para que a empresa possa desenvolver normalmente suas atividades.

Esse grau de imobilização, porém, está relacionado ao ramo de atividade da empresa, isto é, algumas necessitam maior grau de imobilização e outras um grau de imobilização mais baixo para atingirem seus **objetivos aziendais,** que são os bens, direitos e as obrigações que constituem um patrimônio, representado em valores ou que podem ser objeto de apreciação econômica. Padovese e Benedicto (2004) atribuem os seguintes coeficientes de imobilização para as empresas:

– empresas comerciais de 5% a 35%

– empresas industriais de 60% a 80%

– empresas de crédito de 80% a 90%

Observe como de um ramo de atividade para outro esses índices se alteram. Tomando como exemplo as empresas de crédito, do período em que emprestam determinado valor até o período em que o recebem novamente, é necessário uma imobilização significativa do seu capital.

Quando a empresa analisada não é conhecida pelo analista (fator desfavorável ao processo de análise), considera-se um coeficiente de imobilização de até 0,5% ou 50% como normal.

Ao analista, entretanto, cabe identificar os vários tipos de imobilização da empresa, que podem ser: imobilização total, técnica, o grau de investimentos e a imobilização dos recursos a longo prazo e do patrimônio líquido. Veja como proceder para obter cada um desses coeficientes tomando como base o Balanço Patrimonial da Cia Big.

Representação do patrimônio organizacional

BALANÇO PATRIMONIAL DA CIA. BIG

	Valor Absoluto		Valor Absoluto
ATIVO		**PASSIVO**	
CIRCULANTE FINANCEIRO		CIRCULANTE OPERACIONAL	
Disponível	34.665	Fornecedores	708.536
Aplicações financeiras	128.969	Outras obrigações	275.623
SOMA	163.634	SOMA	984.159
		FINANCEIRO	
OPERACIONAL		Empréstimos Bancários	66.165
Clientes	1.045.640	Dupls. Descontadas	290.633
Estoque	751.206	SOMA	356.798
SOMA	1.796.846	**Total do Passivo Circulante**	**1.340.957**
		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Total do Ativo Circulante	**1.960.480**	Empréstimos	314.360
		Financiamentos	
		Total do ELP	**314.360**
PERMANENTE		**Total de capitais de terceiros**	**1.655.317**
Investimento	72.250	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	693.448	Capital e reservas	657.083
Diferido		Lucros acumulados	413.778
Total do Ativo Permanente	**765.698**	**Total do Patrimônio Líquido**	**1.070.861**
		Total do Capital Próprio	**1.070.861**
TOTAL DO ATIVO	**2.726.178**	**TOTAL DO PASSIVO**	**2.726.178**

Fonte: Adaptado de Matarazzo, 1994, p. 258

Grau de Imobilização Total – Indica quantos reais a empresa imobilizou para cada R$ 1,00 de Patrimônio Líquido. Quando o grau de imobilização total atingir 100%, a empresa não terá capital de giro próprio. O coeficiente deverá ser inferior a 100% para não prejudicar os coeficientes de liquidez e de garantias de dívidas e nem o processo ou comercialização da empresa.

$$GIT = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Para a aplicação prática da fórmula, tomamos com exemplo o valor do ativo permanente, item que integra o ativo total do Balanço Patrimonial. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo Patrimônio Líquido. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 71,50%, significando que para cada R$ 1,00 do Patrimônio Líquido a empresa possui R$ 0,71 de ativo permanente.

Prática do cálculo:

$$GIT = \frac{765.698}{1.070.861} \times 100 = 71,50\%$$

De acordo com os indicadores mencionados (empresas comerciais de 5% a 35%, empresas industriais de 60% a 80% e empresas de crédito de 80% 90%), sendo a Cia Big uma empresa industrial, observamos que seu grau de imobilização está dentro do aceitável para as indústrias.

Grau de Imobilização Técnica – Este quociente pretende retratar qual a percentagem dos recursos próprios que estão imobilizados em plantas e instalações, bem como outras imobilizações que são utilizadas no dia-a-dia das atividades da empresa.

O quociente não deverá aproximar-se de 1, exceto no período plenamente operacional da empresa. Para entender melhor o período plenamente operacional, vamos tomar como exemplo uma empresa que atua no ramo de comércio de calçados. Esta empresa efetua as compras da coleção de inverno (as que serão vendidas até final de agosto) a partir do mês de março. Sendo assim, o período plenamente operacional compreende os meses de março a agosto, ou seja, compreende o período das compras dos estoques até as vendas deles.

Se investirmos uma parcela exagerada dos recursos em Ativo Imobilizado, poderemos ter problemas de Capital de Giro.

$$GITE = \frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Para a aplicação prática da fórmula, tomamos como exemplo o valor do imobilizado, item que integra o ativo total do Balanço Patrimonial. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo Patrimônio Líquido. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 64,76%, significando que a empresa imobilizou R$ 0,65 para cada R$ 1,00 do Patrimônio Líquido.

Prática do cálculo:

$$GIT = \frac{693.448}{1.070.861} \times 100 = 64,76\%$$

Grau de Investimentos – Este coeficiente indica quanto a empresa possui em investimentos em coligadas e controladas em relação aos capitais próprios.

$$GI = \frac{\text{Investimentos}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Para a aplicação prática da fórmula, tomamos como exemplo o valor dos Investimentos, item que integra o ativo total do Balanço Patrimonial. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo Patrimônio Líquido. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 6,75%, significando que a empresa possui R$ 0,07 em investimentos para cada R$ 1,00 do Patrimônio Líquido.

Prática do cálculo:

$$GI = \frac{\mathbf{72.250}}{\mathbf{1.070.861}} \times \mathbf{100 = 6,75\%}$$

Imobilização dos Recursos a Longo Prazo e do Patrimônio Líquido – Este quociente indica quantos reais a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R$ 1,00 de Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.

$$ITP = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Exigível de LP + Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Para a aplicação prática da fórmula, tomamos como exemplo o valor do ativo permanente, item que integra o ativo total do Balanço Patrimonial. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pela soma do Exigível de Longo Prazo mais o Patrimônio Líquido. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 55,28%, significando que o ativo imobilizado da empresa é de R$ 0,55 para cada R$ 1,00 da soma do Exigível de Longo Prazo mais o Patrimônio Líquido.

Prática do cálculo:

$$ITP = \frac{\mathbf{765.698}}{\mathbf{314.360 + 1.070.861}} \times \mathbf{100 = 55,28\%}$$

A interpretação do índice de imobilização do Patrimônio Líquido é no sentido **quanto maior, pior**, mantidos constantes os demais fatores. Cabe destacar que o índice de imobilização envolve importantes decisões estratégicas da empresa, quanto à expansão, compra, aluguel ou *leasing* de equipamentos. São os investimentos que caracterizam o risco da atividade empresarial.

Seção 7.2

Exame dos Estoques

O ativo circulante representa o grupo dos valores que a empresa possui para cobertura de seus compromissos financeiros, compostos por dinheiro, duplicatas a receber de curto prazo, estoques devedores diversos e em alguns casos de despesas do próximo exercício (Padovese; Benedicto, 2004).

O analista deverá dedicar especial atenção para a composição do Ativo Circulante ao proceder à análise dos balanços das empresas, tendo em vista as peculiaridades de cada elemento que os compõe.

As disponibilidades deverão apresentar um **mínimo** de **5%** e um **máximo** de **15%** do total do **Ativo Circulante**. Quantidade **inferior** a **5%** poderá representar **dificuldades financeiras**, e **superior** a **15%** poderá significar **prejuízos** pela constante desvalorização da moeda tendo em vista o processo inflacionário, ou ainda, receio de aplicações em ativos produtivos. Estes percentuais, obviamente, serão relativos diante das necessidades da empresa, porém servem como regra geral.

Segundo Santos (2000), basicamente a performance dos lucros das empresas depende fundamentalmente do comportamento de seus estoques. Não basta que a empresa venda muito, mas que venda bem seus estoques. Para isto ocorrer, em primeiro lugar a empresa

deverá comprar bem, isto é, produtos de boa qualidade, pelo menor preço possível e na quantidade suficiente para atender sua clientela. As compras são tanto melhores quanto menores forem os estoques em relação às vendas, isto é, o melhor estoque é aquele que dificilmente permanece parado nas prateleiras da empresa.

Ressalta-se que os estoques deverão ser analisados principalmente sob os aspectos quantitativos e qualitativos. Claramente notamos dois posicionamentos antagônicos no exame dos estoques: quanto menor for o estoque em relação às vendas, maior será sua qualidade.

Podemos ainda perguntar: qual é o estoque ideal? Ora, o estoque ideal é satisfatório quando permite atender bem os clientes. Conseqüentemente, eles devem ser o mínimo para alcançar os maiores lucros possíveis: maior lucro, menor investimento.

Quanto à qualidade dos estoques é importante salientar que não se procura examinar a qualidade do produto, durabilidade, beleza etc; mas o tempo de sua permanência na empresa. Para o empresário, a qualidade do produto é **tanto maior quanto mais rápido ele é vendido**, e tanto pior quanto mais tempo a mercadoria permanecer na prateleira. Para fazer essa avaliação é possível lançar mão de dois cálculos: coeficiente de rotação ou giro do estoque e coeficiente da quantidade de estoque.

Coeficiente de Rotação ou Giro do Estoque = CMV ou CPV/Estoque Médio

CMV – Custo da Mercadoria Vendida – comércio

CPV – Custo do Produto Vendido – indústria

Quanto maior for o coeficiente tanto melhores são as vendas e melhor é a qualidade dos estoques. Uma baixa rotação indica lentidão nas vendas e uma baixa qualidade dos estoques.

Prazo Médio de Estocagem – PME = 360/Giro

O prazo médio de estocagem é obtido a partir do exame de quanto tempo as mercadorias permanecem em estoque desde sua compra até a venda.

Coeficiente de Quantidade de Estoques – Pretende indicar a quantidade de estoques, em valor monetário, que existe na empresa em relação ao seu capital de trabalho. Este deverá ser sempre superior ou, no mínimo, igual ao valor dos estoques, caso contrário a empresa revelaria não ter capital de giro sem que vendesse seu estoque. Assim, quanto menor for o coeficiente da quantidade de estoques melhor será a situação da empresa em relação aos estoques.

Sendo os estoques menores em relação ao Capital Circulante Líquido – CCL – é melhor, sendo maiores é pior.

A preocupação fundamental quanto ao excesso de estoques numa empresa está no fato de que o estoque gera custos de estocagem, juros sobre o capital utilizado para compra que ainda não foi vendido, seguros, etc, que por sua vez significam encargos que deverão ser suportados pelas vendas dos períodos, em certos casos, encargos financeiros decorrentes de endividamento.

$$CQE^* = \frac{\text{Estoques}}{\text{Capital Trabalho (AC-PC)}} \times 100$$

* CQE = Coeficiente de Quantidade de Estoques

Seção 7.3

Prazo Médio de Recebimento e Pagamento

Nesta que é a última seção desta Unidade, vamos apresentar os conceitos de exame do prazo médio de cobrança, do prazo médio de pagamento e prazo relativo a duplicatas, bem como a fórmula pela qual podemos chegar a esses coeficientes que integram o prazo médio de recebimento e pagamento.

Exame do Prazo Médio de Cobrança – Mostra, em média, quantos dias a empresa espera para receber suas vendas. Ou seja, este coeficiente indica quantos dias, semanas ou meses a empresa deverá esperar, em média, antes de receber suas vendas a prazo (Martins, 1996).

Toda empresa tem seus critérios de venda a prazo, isto é, procura selecionar seus clientes e estabelecer prazos de pagamento compatíveis com suas possibilidades e com as possibilidades do seu cliente para saldar as dívidas contraídas com a empresa.

$$PMC = \frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas a Prazo ou ROL}} \times 360$$

Exame do Prazo Médio de Pagamento – Indica, em média, quantos dias a empresa demora para efetuar o pagamento de suas compras. É importante que a empresa estabeleça uma relação entre os prazos que seus clientes necessitam para pagar seus compromissos com a empresa e os prazos que a empresa tem para saldar suas dívidas com fornecedores (duplicatas a pagar).

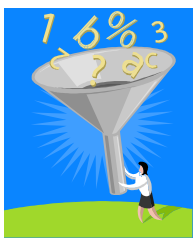
Quando a empresa consegue um prazo maior de pagamento a seus fornecedores em relação aos prazos que concede a seus clientes, significa que ela, a empresa, está sendo financiada realmente por seus fornecedores. Caso contrário estará financiando seus clientes por conta própria, sem contar o tempo em que as mercadorias ou produtos permanecem estocados.

$$PMP = \frac{\text{Duplicatas a Pagar}}{\text{Compras a Prazo ou CMV}} \times 360$$

Prazo Relativo das Duplicatas – Os indicadores obtidos pelo cálculo do prazo relativo das duplicatas revelam o posicionamento da empresa em relação aos prazos concedidos e obtidos por ela.

$$PMD = \frac{\text{Prazo Médio de Pagamento}}{\text{Prazo Médio de Recebimento}} X\ 360$$

Síntese Final



Ao término da Unidade 7 você está apto a compreender o que significa e como podem ser utilizados os coeficientes do grau de imobilização do patrimônio de uma empresa, da rotação dos estoques e do prazo médio de pagamento e recebimento, bem como mostrará bastante familiaridade com a metodologia de cálculo destes indicadores.

Referências

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços.* São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, Eliseu. *Administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1996.

PADOVESE, Clovis Luis; BENEDICTO, G. C. *Análise das demonstrações financeiras.* São Paulo: Pioneira Thompson, 2004.

SANTOS, Vilmar Pereira dos. *Manual de diagnóstico e reestruturação financeira de empresas*. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Leitura Complementar

Sugerimos algumas publicações para consulta extra, caso você deseje saber mais sobre o tema.

HELFERT, Erich. *Técnicas de análise financeira*. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços.* São Paulo: Atlas, 1988.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços*: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 1993.

NETO, Assaf. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 1997.

Unidade 8

Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade

Nesta Unidade 8 você conhecerá os itens que têm relação entre si para retratar a rentabilidade de uma empresa. Com este propósito apresentamos dois objetivos principais:

- entender para que servem os indicadores de lucratividade, isto é, compreender a empresa do ponto de vista dos diferentes níveis de resultado em relação ao faturamento obtido no período, e
- entender para que servem os indicadores de rentabilidade, isto é, compreender a empresa do ponto de vista do resultado em relação ao investimento.

Esses temas serão trabalhados nas próximas duas seções: Lucratividade e Rentabilidade. Nossa abordagem inicial será a compreensão dos indicadores de lucratividade e posteriormente trabalharemos os indicadores de rentabilidade.

Seção 8.1

Lucratividade

Como é sabido, o lucro é o principal estímulo do empresário e uma das formas de avaliação do êxito de um empreendimento. O volume de atividades da empresa e o resultado decorrente dessas atividades irão interferir nos demais indicadores da organização. Os índices de retorno, também conhecidos por índices de lucratividade ou mesmo rentabilidade, indicam qual o retorno que o empreendimento está propiciando (Silva, 2005).

Pode-se obter, mediante análise das demonstrações financeiras, os indicadores de retorno sobre o investimento, retorno sobre as vendas e retorno sobre o capital próprio, entre outros.

A **Lucratividade** consiste em comparar os diversos estágios do resultado (lucro bruto, lucro operacional e lucro líquido do exercício) da empresa com o volume monetário da ROL (receita operacional líquida de venda e serviços) do período em análise.

Com base em Matarazzo (1994) abordaremos 3 indicadores de lucratividade: Margem de Lucro (Operacional) Bruto, Margem de Lucro Operacional Líquido do Exercício e Margem de Lucro Líquido.

Para tanto utilizaremos nesta Unidade a Demonstração de Resultado do Exercício – DRE – da Cia Big.

Representação da situação econômica organizacional

Exercício findo em	31.12.X1		31.12.X2		31.12.X3	
	Valor Absoluto	AV	Valor Absoluto	AV	Valor Absoluto	AV
RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	**4.793.123**	**100,00**	**4.425.866**	**100,00**	**5.851.586**	**100,00**
Custo dos produtos vendidos	3.621.530	75,56	3.273.530	73,96	4.218.671	72,09
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**1.171.593**	**24,44**	**1.152.336**	**26,04**	**1.632.915**	**27,91**
Despesas operacionais	495.993	10,35	427.225	9,65	498.025	8,51
Outras Receitas Operacionais	8.394	0,18	17.581	0,40	27.777	0,47
LUCRO OPERACIONAL (ARF)	**683.994**	**14,27**	**742.692**	**16,78**	**1.162.671**	**19,87**
(antes dos Resultados Financeiros)						
Receitas Financeiras	10.860	0,23	7.562	0,17	5.935	0,10
Despesas Financeiras	284.308	5,93	442.816	10,01	863.298	14,75
LUCRO OPERAC LÍQUIDO	**410.546**	**8,57**	**307.438**	**6,95**	**385.304**	**5,22**
Resultado não Operacional	1.058	0,02				
LUCRO ANTES DO I.R.	**411.604**	**8,59**	**307.438**	**6,95**	**385.304**	**5,22**
Impostos e contribuições	187.867	3,92	140.322	3,17	139.348	2,38
LUCRO LÍQUIDO	**223.741**	**4,67**	**167.116**	**3,78**	**165.956**	**2,84**

Fonte: Matarazzo, 1994, p. 259)

Margem de Lucro (Operacional) Bruto – Demonstra a margem bruta que a empresa opera sobre a ROL ou o desempenho dos custos de produção ou serviços que a empresa opera. Representa quanto a empresa ganhou em cada R$ 1,00 de venda realizada.

$$MLOB = \frac{\text{Lucro Operacional Bruto}}{\text{Receitas Operacionais Líquidas}} \times 100$$

Para a aplicação prática da fórmula, tomamos com0 exemplo os valores correspondentes à coluna de 31.12.x1. Tomamos o Lucro Operacional Bruto, item que integra a demonstração do resultado do exercício. Para calcular quanto representa este índice devemos

multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelas receitas operacionais líquidas. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 24,44%, significando que o custo do produto vendido representa 75,56% das receitas liquidas.

Prática do cálculo:

$$MLOB = \frac{\mathbf{1.171.593}}{\mathbf{4.793.123}} \times \mathbf{100 = 24,44\%}$$

Margem de Lucro Operacional Líquido – Revela a margem de lucro com a qual a empresa opera após absorver seus custos e despesas operacionais, evidenciando, sobretudo, a sua eficiência operacional. Salienta-se que o desempenho da eficiência operacional é a capacidade da empresa em absorver as suas despesas operacionais.

$$MLOL = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Receitas Operacionais Líquidas}} \times 100$$

Tomamos o lucro operacional líquido, item que integra a Demonstração do Resultado do Exercício. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelas receitas operacionais líquidas. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 8,57%, significando que as despesas operacionais representam 15,87% das receitas líquidas.

Prática do cálculo:

$$MLOL = \frac{\mathbf{410.546}}{\mathbf{4.793.123}} \times \mathbf{100 = 8,57\%}$$

Margem de Lucro Líquido do Exercício – Revela a eficiência global da empresa. Representa o valor que permanecerá na empresa sob a forma de lucro após cobrir todos os custos e despesas incorridas na atividade a cada R$ 1,00 de vendas líquidas.

$$MLL = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Receitas Operacionais Líquidas}} \times 100$$

Tomamos o lucro líquido do exercício, item que integra a Demonstração do Resultado do Exercício. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelas receitas operacionais líquidas. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 4,67%, significando que os resultados não operacionais representam 3,90% das receitas líquidas.

Prática do cálculo:

$$MLL = \frac{223.741}{4.793.123} \times 100 = 4,67\%$$

Sendo assim, para cada R$ 1,00 de vendas líquidas a empresa obteve R$ 0,05 de lucro líquido.

Seção 8.2

Rentabilidade

A **Rentabilidade** analisa os percentuais de remuneração dos diversos tipos de indicadores de capitais, de ativos e de outros aspectos do patrimônio da empresa. De acordo com Santos (2000), os principais indicadores de rentabilidade são: rentabilidade do capital social, rentabilidade do patrimônio líquido, retorno do ativo total, giro do ativo, ativo operacional e taxa de retorno do investimento. A seguir apresentaremos cada um deles, sua definição e fórmula de cálculo. Para facilitar a exemplificação utilizaremos como base o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício da Cia Big.

BALANÇO PATRIMONIAL DA CIA. BIG

Exercício findo em	31.12.X1		31.12.X2		31.12.X3	
	Valor Absoluto	AV	Valor Absoluto	AV	Valor Absoluto	AV
ATIVO						
CIRCULANTE						
FINANCEIRO	183.634	6,00	187.224	2,69	87.000	1,54
OPERACIONAL	1.796.846	65,91	2.161.947	54,27	2.846.575	50,35
Total do Ativo Circulante	1.980.480	71,91	2.269.171	56,96	2.933.575	51,89
PERMANENTE						
Investimento	72.250	2,65	156.475	3,93	228.075	4,03
Imobilizado	693.448	25,44	1.517.508	38,09	2.401.648	42,48
Diferido			40.896	1,03	90.037	1,59
Total do Ativo Permanente	765.698	28,09	1.714.879	43,04	2.719.760	48,11
TOTAL DO ATIVO	2.726.178	100,00	3.984.050	100,00	5.653.335	100,00
PASSIVO						
CIRCULANTE						
OPERACIONAL	984.159	36,10	928.763	23,31	1.122.534	19,86
FINANCEIRO	356.798	13,09	477.314	11,98	834.743	14,77
Total do Passivo Circulante	1.340.957	49,19	1.406.077	35,29	1.957.277	34,62
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	314.360	11,53	1.170.788	29,39	2.028.231	35,88
Total do ELP	314.360	11,53	1.170.788	29,39	2.028.231	35,88
Total de capitais de terceiros	1.655.317	60,72	2.576.865	64,68	3.985.508	70,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social e reservas	657.083	24,10	1.194.157	29,97	1.359.830	23,89
Lucros acumulados	413.778	15,18	213.028	5,35	306.997	5,61
Total do Patrimônio Líquido	1.070.861	39,28	1.407.185	35,32	1.667.827	29,50
Total do Capital Próprio	1.070.861	39,28	1.407.185	35,32	1.667.827	29,50
TOTAL DO PASSIVO	2.726.178	100,00	3.984.050	100,00	5.653.335	100,00

Fonte: Matarazzo, 1994, p. 258

Rentabilidade do Capital Social – Estabelece a proporção de lucro líquido do exercício com o capital social realizado pela empresa. **Quanto maior o coeficiente, melhor**. Este coeficiente revela o montante de lucro líquido existente em relação a cada real do capital social realizado.

$$RCS = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Capital Social}} \times 100$$

Para a aplicação prática da fórmula, utilizamos como exemplo os valores correspondentes à coluna de 31.12.x1 do Balanço Patrimonial e da demonstração de resultado do exercício. Tomamos o lucro líquido do exercício, item que integra a Demonstração do Re-

sultado do Exercício. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo capital social, item que integra o Balanço Patrimonial. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 34,21%, significando que o lucro líquido do exercício remunera o capital social em 34,21% ao ano.

Prática do cálculo:

$$RCS = \frac{223.741}{657.083} \times 100 = 34,21\%$$

Rentabilidade do Patrimônio Líquido – Este indicador procura evidenciar em quanto a empresa remunerou o seu capital próprio no período, isto é, qual o percentual de lucro líquido em relação ao total do capital próprio. Este índice expressa o retorno dos recursos próprios investidos na empresa e a relação entre o lucro líquido obtido em determinado período e o capital próprio empregado. É de grande importância para o acionista, pois exerce influência a médio e a longo prazos sobre o valor de mercado das ações da empresa, por expressar o quanto a atividade operacional da empresa, que é a responsável pelo lucro líquido, remunera o capital próprio.

$$RPL = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Para exemplificar tomamos o lucro líquido do exercício, item que integra a Demonstração do Resultado do Exercício. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo total do patrimônio líquido, item que integra o Balanço Patrimonial. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 20,89%, mostrando que para cada R$ 1,00 de Capital próprio a empresa obtém R$ 0,29 de lucro líquido.

Prática do cálculo:

$$RPL = \frac{223.741}{1.070.861} \times 100 = 20,89\%$$

Remuneração do Ativo Total ou Retorno Sobre o Investimento Total (ROI) – O ativo representa as aplicações dos recursos da empresa; por meio desses recursos é que são realizadas as suas atividades, que, por sua vez, geram os resultados dos períodos. Representa o

quanto a empresa conseguiu obter de lucro líquido para cada R$ 1,00 de ativo total. Constitui o retorno verificado no total do investimento efetuado pela empresa, ou seja, a capacidade que os ativos apresentam de gerar lucros.

$$RAT = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Para exemplificar tomamos o lucro líquido do exercício, item que integra a Demonstração do Resultado do Exercício. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100 e depois dividi-lo pelo total do ativo, item que integra o Balanço Patrimonial. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 8,21%, significando que para cada R$ 1,00 de ativo total a empresa obtém R$ 0,08 de lucro líquido.

Prática do cálculo:

$$RAT = \frac{\mathbf{223.741}}{\mathbf{2.726.178}} \times \mathbf{100 = 8,21\%}$$

Giro do Ativo – este coeficiente expressa quantas vezes o ativo girou ou se renovou pelas vendas. O giro do ativo pode ser de 2 tipos: 1) giro do ativo operacional – GAO – e giro do ativo total – GAT.

$$GAO = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Operacional Médio}} \times 100$$

O **Ativo Operacional** é o Ativo total, subtraindo-se os ativos não ligados às atividades-fim do negócio (investimentos, créditos com partes ligadas, mútuos, créditos de baixas de ativos de longo prazo, etc.).

A fórmula para obter o Ativo Operacional: é AO = AC (ativo circulante) + API (ativo permanente imobilizado) + APD (ativo permanente diferido).

Para encontrarmos o giro do ativo operacional vamos empregar o ativo operacional médio, que se refere ao ativo circulante, mais o ativo imobilizado, mais o ativo diferido do ano de análise somados ao ativo circulante mais o ativo imobilizado do ano anterior à análise. Ambos integram o Balanço Patrimonial. Posteriormente dividimos por dois (Silva, 2005).

Em termos de cálculo, supondo que o ano analisado seja X2, temos:

$$\frac{(2.269.171 + 1.517.508 + 40.896) + (1.960.480 + 693.448)}{2} = 3.240.151,50$$

Este valor de R$ 3.240.151,50 corresponde ao ativo operacional médio que será utilizado na aplicação da fórmula.

Para exemplificar tomamos as receitas operacionais líquidas do ano de X2, que são as vendas líquidas, item que integra a Demonstração Do resultado do Exercício. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo ativo operacional médio, que já foi explicado anteriormente. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 136,59%, significando que as vendas de X2 são 36,59% superiores ao ativo operacional médio.

Prática do cálculo:

$$GAO = \frac{\mathbf{4.425.866}}{\mathbf{3.240.151,50}} \times \mathbf{100 = 136,59\%}$$

Giro do Ativo Total – GAT:

$$GAT = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total médio}} \times 100$$

O ativo total médio é obtido a partir da soma do ativo total referente ao ano de analise e o ativo total do ano anterior dividido por 2 (Silva, 2005).

$$\frac{3.984.050 + 2.726.178}{2} = 3.355.144$$

Para exemplificar tomamos as receitas operacionais líquidas, que são as vendas líquidas do ano de X2, item que integra a Demonstração do Resultado do Exercício. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo ativo total, item que integra o Balanço Patrimonial. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 131,91%, significando que as vendas de X2 são 31,91% superiores ao ativo total médio.

Prática do cálculo:

$$GAT = \frac{4.425.866}{3.355.144} \times 100 = 131,91\%$$

Taxa de Retorno do Investimento – Tem a finalidade de verificar o tempo médio que os resultados levariam para que houvesse o retorno do investimento no empreendimento. É a rentabilidade operacional dos investimentos efetuados pela empresa.

$$TRIT = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Ativo Operacional}} \times 100$$

Para exemplificar tomamos o lucro operacional líquido, item que integra a Demonstração do Resultado do Exercício. Para calcular quanto representa este índice devemos multiplicá-lo pelo total absoluto, ou seja, 100, e depois dividi-lo pelo ativo operacional, que é o ativo circulante mais o ativo imobilizado, itens que integram o Balanço Patrimonial. Este cálculo nos permitirá obter o percentual de 15,47%, significando que a cada R$ 1,00 de ativo imobilizado (ativo operacional) a atividade operacional da empresa gera R$ 0,15 de lucro líquido.

Prática do cálculo:

$$TRIT = \frac{410.546}{1.960.480 + 693.448} \times 100 = 15,47\%$$

Dividindo-se 100 pelas taxas encontradas, teremos o tempo médio que a empresa levaria para repor o seu investimento.

$$TM = \frac{100}{\text{Taxa}}$$

Para exemplificar, utilizamos o valor absoluto representado por 100 e dividimos pela taxa correspondente à rentabilidade do capital social, que é de 34,21%. Este cálculo nos permitirá obter 2,92, significando que o tempo médio de retorno para esta taxa é de 2 anos e 11 meses, ou seja, 2,92 anos.

Prática do cálculo:

$$TM = \frac{100}{34,21} = 2,92$$

Leitura Complementar

Sugerimos algumas publicações para sua consulta extra, caso deseje saber mais sobre o tema.

HELFERT, Erich. *Técnicas de análise financeira*. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de Balanços.* São Paulo: Atlas, 1988.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços:* abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 1993.

NETO, Assaf. *Estrutura e Análise de Balanços:* um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 1997.

Síntese Final

Ao término da Unidade 8 você está apto a calcular e analisar os indicadores de lucratividade e rentabilidade avaliando o que estes índices representam para a empresa analisada.

Caso você tenha ficado com dúvidas em alguma Unidade, não perca tempo, retorne à Unidade em que está encontrando dificuldades e a recapitule. Se precisar, procure ajuda, pois o entendimento adequado de cada Unidade é importante para a compreensão do todo, bem como para a aplicabilidade na gestão das empresas.

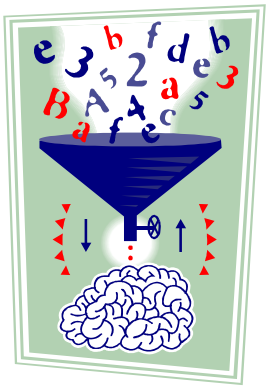
Referências

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços*. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTOS, Vilmar Pereira dos. *Manual de diagnóstico e reestruturação financeira de empresas*. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Conclusão



As informações detalhadas sobre a situação econômica e financeira das empresas são de suma importância para a boa gestão. Saber sua dimensão em termos de recursos movimentados e de sua estrutura interna, sua relação com outras áreas da Contabilidade Gerencial, assim como a comparação da empresa analisada com outras do setor e, ainda, o dinamismo de suas atividades, tornou-se prioridade para que se possa dar visibilidade ao negócio.

A falta dessas informações torna impossível dialogar e construir quaisquer estratégias, sejam elas de saneamento de dívidas, de permanência no mercado ou mesmo de projeção de crescimento.

Para uma organização manter-se ativa, ou pensar em possibilidades de crescimento no ambiente competitivo no qual se encontra inserida, exige-se cada vez mais informações e conhecimento aprofundado sobre o negócio.

A Contabilidade, como um sistema de informações, constitui uma ferramenta decisiva para alcançar o sucesso ou insucesso de uma empresa. E em resposta a estes processos de mudanças exigidos por um ambiente mais competitivo, a Contabilidade deixou de ser vista como uma simples inferência ou observação descomprometida.

Nesse rumo, as informações geradas nas empresas por meio deste sistema de informações assumem exatamente o caráter de suporte informativo adequado, pois propiciam aos gestores a percepção de que a eficiência e a eficácia empresarial figuram como uma necessidade contínua e sustentada.

A informação contábil eficaz, ou seja, comunicada de forma clara e objetiva produz em quem a recebe maior credibilidade.

Desse modo, é comum afirmar que a qualidade da informação reflete diretamente na decisão a ser tomada, e para que este reflexo seja positivo é necessário que as pessoas envolvidas estejam conscientes disso e que a entidade trabalhe com o intuito de obter informações que sejam ao mesmo tempo confiáveis, fornecidas em tempo hábil, compreensíveis, relevantes e consistentes, possibilitando a comparabilidade, trazendo mais benefícios que custos para obtê-las, o que as tornam de fato, úteis para o gestor.

Este componente curricular teve como finalidade disponibilizar para estudo as técnicas de análise financeira mais usuais para fins de conhecer e acompanhar a evolução dos componentes patrimoniais e de resultado.

Para esse fim é imprescindível o conhecimento das principais demonstrações financeiras, para a partir delas efetuar a Análise Vertical e Horizontal, bem como a análise por índices e coeficientes: de liquidez, de endividamento, os prazos médios e ainda de lucratividade e rentabilidade.

Referências

ABREU, Pedro Felipe; ABREU, Aline França. Sistemas de informações gerenciais: uma abordagem orientada à gestão empresarial. São Paulo, 2002.

BASSO, Irani Paulo. Contabilidade Geral Básica. 3. ed. rev. Ijuí, RS: Ed. Unijuí. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. São Paulo: Atlas, 1988.

MARTINS, Eliseu. *Administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1996.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços*. São Paulo: Atlas, 1994.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços*: abordagem básica e gerencial, São Paulo: Atlas, 1993.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas de informações gerenciais*. São Paulo: Atlas, 1994.

PADOVESE, Clovis; Luis BENEDICTO, G. C. *Análise das demonstrações financeiras*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luis. *Contabilidade gerencial*. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Vilmar Pereira dos. *Manual de diagnóstico e reestruturação financeira de empresas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.